

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM ECONOMIA

Anais

I SEMINÁRIO DO PROPEC

DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO EM TEMPOS DE
TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

4 e 5 de Junho | 14h

TRANSMISSÃO:

APRESENTAÇÕES DE TRABALHO (14H): LINK DO MEET
([HTTPS://MEET.GOOGLE.COM/JBW-RDYQ-QHH](https://meet.google.com/JBW-RDYQ-QHH))

TRANSMISSÃO DAS MESAS DAS 18H: CANAL OBSCOM
PLATAFORMAS NO YOUTUBE

MAIS INFORMAÇÕES NO SITE DO PROPEC



Resumos Expandidos

Uma análise dos mecanismos de construção da austeridade fiscal como política de Estado no Brasil.

Francielle do Nascimento Santos - UFS

Graduação em Ciências Econômicas- Universidade Federal de Sergipe-UFS;
Mestra em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal de Sergipe -UFS
Doutorando em Economia pela Universidade Federal da Bahia.
E-mail: francielleufs@outlook.com

Christiane Senhorinha Soares Campos - UFS

Professora do Departamento de Economia da Universidade Federal de Sergipe e dos Programas de Pós-Graduação em Economia e Geografia da UFS.
E-mail: christianescampos@gmail.com

Resumo:

A partir da década de 1980, o Brasil e outros países da América Latina enfrentaram uma crise econômica significativa, marcada por uma combinação de fatores que incluíam mudanças na dinâmica do capitalismo global e dificuldades internas para se adaptar a esse novo contexto. Essa crise fragilizou o Estado brasileiro, levando a uma década marcada por altos níveis de dívidas, choques econômicos externos e inflação elevada. Neste período, a adoção do neoliberalismo se consolidou como uma referência para a condução econômica global, influenciada principalmente pelas experiências de países como os EUA e a Inglaterra, embora já estivesse sendo aplicado no Chile desde a década anterior. Apesar da retórica de um "estado mínimo", o papel do Estado se manteve crucial para a acumulação de capital em cada país.

Nesse contexto de crise, o economista John Williamson formulou, em 1990, um conjunto de medidas econômicas que ficariam conhecidas como o "Consenso de Washington", surgidas após uma reunião com instituições como o FMI e o Banco Mundial. Este consenso alterou o foco da política econômica, priorizando o controle da inflação em vez de estratégias de desenvolvimento, refletindo uma mudança fundamental na abordagem das economias latino-americanas, incluindo o Brasil. No Brasil, as políticas econômicas inspiradas no Consenso de Washington resultaram em diversas agendas que enfatizavam a estabilização monetária e a reavaliação da dívida pública. As estratégias de desenvolvimento voltadas para a industrialização foram gradativamente substituídas por uma agenda de austeridade fiscal. Este processo ocorreu em um momento em que o país se democratizava e a sociedade civil buscava garantir direitos sociais, consagrados na Constituição de

1988. Entretanto, as reformas neoliberais começaram a desafiar esses direitos, limitando o papel do Estado em promover o desenvolvimento social.

Nesse seguimento, o objetivo deste trabalho é analisar o impacto da política de austeridade fiscal no Brasil entre 1990-2020. Considerando que o governo Collor é um marco temporal do início da austeridade econômica no Brasil, e que durante estas três décadas diversas reformas foram implementadas no país com esta perspectiva, tem-se 11 como problema de pesquisa: Qual o impacto da austeridade fiscal no desenvolvimento econômico do Brasil nos últimos trinta anos? Parte-se do pressuposto que a política de austeridade fiscal contribuiu para o limitado desenvolvimento econômico do país nas últimas décadas, uma vez que tem como escopo a estabilização econômica e a redução do investimento público. Assim, as políticas de austeridade restringem o papel do Estado e sua capacidade de investir, o que conseqüentemente tem rebatimentos negativos no desenvolvimento socioeconômico do país. Identificar se tais hipóteses são válidas norteará o trabalho na busca dos seus objetivos, estes que serão listados a seguir.

O presente trabalho possui como objetivo geral: Analisar os trinta anos de austeridade fiscal no Brasil, visando identificar os impactos no desenvolvimento econômico do país gerado por esta política econômica sob a hegemonia neoliberal, e o papel de alguns de seus instrumentos, buscando verificar alguns rebatimentos socioeconômicos que engendra. Os objetivos específicos da pesquisa são: Analisar a austeridade fiscal em uma perspectiva teórica, bem como a vinculação histórica das políticas de austeridade com o neoliberalismo. Debater as transformações do Estado brasileiro sob a hegemonia neoliberal a partir de um duplo aspecto - estratégia do desenvolvimento/política macroeconômica - além de analisar indicadores dos efeitos desta política no desenvolvimento econômico. E, por fim, discutir os mecanismos da austeridade fiscal no Brasil, a saber: A Lei de Responsabilidade Fiscal; a Gestão da Dívida Pública e o Teto de Gastos, instituído pela EC nº 95 de 2016.

O recorte temporal da análise, 1990-2020 - os últimos trinta anos - se justifica porque neste período o Brasil passa por governos com diferentes influências políticas e teóricas, e por cenários de baixo e médio crescimento, em que os instrumentos da política econômica, cumpriram distintos papéis, entretanto a LRF e o tripé macroeconômico, composto por câmbio flutuante, metas de inflação e metas fiscais/superávit primário, conformam as diretrizes da política econômica na maior parte desse período. Desse modo, neste recorte temporal será possível analisar as mudanças e permanências da política de austeridade fiscal e os impactos que engendra no desenvolvimento do país. O conjunto 12 de governos durante os trinta anos de análise mantiveram prioridade da estabilidade macroeconômica em detrimento do desenvolvimento econômico.

No que tange ao método esta pesquisa buscou utilizar o Materialismo histórico dialético. Conforme Richardson (2009) um dos princípios deste método é a conexão universal dos objetos e fenômenos. Lefebvre (2009, pg.75) adiciona que, levando-se em conta este princípio dialético “(...) os aspectos ou elementos de toda formação econômico social são distintos entre si, porém interligados. De modo que “(...) encontram-se tanto em interação como em conflitos incessantes”. A dialética marxiana, alicerçada no materialismo histórico, se assenta na compreensão de que não há coincidência entre aparência e essência dos fenômenos.

Nesta perspectiva de análise Lefebvre (2009) constata que para “atingir a estrutura essencial de uma sociedade, a análise deve descartar as aparências ideológicas, os revestimentos coloridos, as fórmulas oficiais, tudo que se agita sobre a superfície da sociedade, toda a decoração: ela deve alcançar, sob essa superfície, (...) os relacionamentos fundamentais dos homens (...)”(LEFEBVRE, 2009, p. 65). No caso deste estudo essa busca de sair da aparência do fenômeno para chegar a sua essência se traduz na análise da austeridade, tanto no âmbito teórico quanto empírico, procurando situar historicamente a materialização das ideias da austeridade no mundo, identificar o contexto e os mecanismos que possibilitaram sua consolidação na política econômica brasileira, bem como evidenciar a transformação no caráter do Estado, se alinhando com a dinâmica da acumulação de capital na escala mundial.

A pesquisa realizada aponta que a experiência brasileira com o neoliberalismo e a austeridade levou a consequências graves no século XXI, incluindo o retorno da fome, aumento da mortalidade por doenças evitáveis, e uma baixa participação da indústria na economia, além de uma dependência crescente de commodities nas exportações. Esses problemas remetem a questões que o Brasil lutou para superar na primeira metade do século XX. A análise também ressalta que a austeridade não é apenas uma resposta a crises momentâneas, mas se tornou uma política estrutural, evidenciada pela combinação de estratégias macroeconômicas e orientações neoliberais.

Considera-se importante evidenciar que as recentes reformas no Brasil representam um retorno ao conjunto de reformas da década de 1990, de modo que não representam uma concepção nova de condução da economia, mas sim um aprofundamento de uma perspectiva já existente, nesse sentido que se defende que há uma continuidade no que tange a estratégia de desenvolvimento ainda que tenham havido distinções na adoção das políticas macroeconômicas ao longo desse tempo. A transformação do Estado no período neoliberal, por meio de mecanismos estruturantes tanto no âmbito fiscal, quanto cambial e monetário, “naturalizam” a política econômica austera. Nesse sentido, independente da ideologia política da gestão pública, há uma continuidade na estratégia de

desenvolvimento, que prioriza a estabilidade, e na estrutura macroeconômica voltada para a austeridade fiscal.

De modo que, ainda que não se possa homogeneizar o desempenho da economia brasileira nessas três décadas, uma vez que há evidentes diferenças entre os governos, não se pode deixar de considerar que não houve rupturas no padrão de desenvolvimento nem nos alicerces da austeridade fiscal. Ressalta-se ainda que a austeridade fiscal no Brasil transformou a atuação do Estado brasileiro na medida que este passa a refletir os desejos do mercado. É uma atuação voltada para as necessidades da dinâmica da acumulação de capital sob a hegemonia do capital financeiro, que prescindiu do contínuo crescimento econômico nacional para garantir a expansão de seus lucros. Assim, é importante frisar que o Estado no neoliberalismo não é fraco, pelo contrário, é forte no sentido de assegurar que as políticas austeras sejam colocadas em prática. Por isso os mecanismos analisados são tão importantes, à medida que tornam a austeridade a única via possível para atuação da política econômica.

Portanto, os mecanismos apresentados neste trabalho perpetuam a austeridade além de uma ideia, a materializam como a única forma de fazer política econômica no país. Por meio de instrumentos jurídicos e econômicos se institucionalizou a austeridade, à medida que as políticas austeras passaram a fazer parte da Constituição brasileira, a mesma que garante amplos direitos sociais para a população. Por isso este trabalho analisou a implantação do neoliberalismo como forma institucional com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Gestão da Dívida Pública e seu aprofundamento com o Teto de Gastos. Todos esses mecanismos tornaram o que antes seria um programa de governo em uma política de Estado, perpetuando a austeridade.

Desse modo, conclui-se que o real perigo da austeridade ocorre quando esta se materializa em política econômica, visto que a mesma é extremamente coerente com o processo de acumulação de capital comandado pelo mercado financeiro, que mesmo sem crescimento econômico amplia seus lucros, aprofundando as múltiplas formas de desigualdades que marcam a economia e a sociedade brasileira. Por esse motivo é tão importante difundirem uma narrativa benéfica para a sociedade, como forma de encobrir os efeitos nefastos para o desenvolvimento.

Palavras-Chave: Austeridade Fiscal, Neoliberalismo, Lei de Responsabilidade Fiscal, Dívida Pública, Teto de Gastos, Novo Arcabouço Fiscal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

LEFEBVRE, Henri. Marxismo. Tradução: William Lagos. – Porto Alegre: L&PM, 2009.

RICHARDSON, R.J. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3 Ed., São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, Francielle N. Três décadas da austeridade fiscal no Brasil. (Dissertação em Desenvolvimento Regional) - UFS/São Cristóvão. 2021.

Políticas de Desenvolvimento Regional: uma análise da política industrial em Sergipe (1990 a 2019)

Robson Santos da Conceição, robsoncapela@yahoo.com.br

Denisia Araujo das Chagas, denisiachagas@yahoo.com.br

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Econômico

O presente trabalho propõe identificar as principais políticas de desenvolvimento regional implantadas no Brasil, especificamente na região Nordeste e no Estado de Sergipe ao longo da metade do século XX e início do século XXI. Partindo disso, o presente trabalho tem como objetivo principal analisar as políticas públicas industriais implementadas no Estado de Sergipe no período entre 1990 a 2019, investigando as contribuições para o desenvolvimento econômico. Nesse viés, os objetivos específicos são: (i) Demonstrar a evolução do debate sobre as principais teorias que discutem o desenvolvimento regional; (ii) Identificar as principais políticas criadas para o desenvolvimento regional do Nordeste brasileiro e do Estado de Sergipe; (iii) Discutir as contribuições das políticas públicas industriais que objetivam o desenvolvimento econômico em Sergipe; e (iv) Analisar dados entre os anos de 1990 a 2019 sobre a região Nordeste e Sergipe divulgados pelo IBGE na forma de Censos (industrial, de serviços, de comércio e agropecuário).

Para Coy (1985), o capitalismo incentiva a ação do Estado nas políticas de desenvolvimento regional, tornando-o agente vital para a condução dessas políticas. Desse modo, é notável que uma das características do desenvolvimento regional seja apresentar o Estado como um dos importantes protagonistas e indutor desse processo.

No caso das Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional aplicadas no Brasil, a persistência das desigualdades regionais levou à formulação de uma política nacional de desenvolvimento que rompesse com a visão tradicional da problemática regional. Partindo disso, as políticas públicas de desenvolvimento regional representam nova fase na concepção e gestão dessas políticas, no sentido de considerar a diferenciação e complexidade da problemática regional contemporânea, introduzindo a visão nacional e multiescalar desta questão.

Cano (2011) reforça essa ideia, afirmando que o Estado brasileiro notadamente implantou ao longo dos anos uma política nacional de desenvolvimento, alicerçada em uma ampliação de estímulos, indução e ação direta em gastos e investimentos públicos. Nasser (2000), contribuindo nesse debate, afirma que apesar de o Brasil demonstrar melhoria no setor socioeconômico no início do século XXI, o processo de desenvolvimento ainda não deslanchou, graças às desigualdades nas várias formas, sejam sociais ou econômicas. No contexto brasileiro, uma política que reconhecesse a diversidade brasileira nos seus aspectos territorial, econômico e cultural, ou seja, uma proposta que contemple uma tipologia espacial expressa na forma de mapas em consentânea à adoção de uma política pública como um fundo de apoio ao desenvolvimento.

Com o Ministério da Integração Nacional (MI) criado em 1999, as formulações de políticas regionais foram retomadas no âmbito do planejamento brasileiro. A função desse ministério consistia em atuar na formulação e condução de política de desenvolvimento nacional com viés regional, através de planos e programas estratégicos, e assim reduzir as desigualdades regionais (Brasil, 2005, p. 3).

Desse modo, este trabalho visa refletir sobre o desenvolvimento regional, com foco no Estado de Sergipe. Destarte, esta pesquisa traz de diferente a proposta de promover o estudo do tema em uma perspectiva de análise histórica entre as principais políticas industriais implantadas em Sergipe entre os anos de 1990 a 2019. Este recorte temporal deve-se à retomada do planejamento das políticas na década de 1990, após a abertura comercial da economia brasileira. Em Sergipe, esse fato é marcado pela elaboração do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PDSI) em 1991, do Território de Planejamento em 2007 e finalizando com a criação do Plano de Desenvolvimento Regional de Sergipe (PDR) em 2017.

Nesse sentido, a importância deste trabalho implica em um estudo que fornece um quadro de análise do conjunto de fatores socioeconômicos relacionados ao âmbito interno e externo das políticas públicas de desenvolvimento regional, tanto nacional como estadual, que tenham influenciado na construção de políticas públicas de desenvolvimento para o Estado de Sergipe no período do estudo deste trabalho.

Quanto ao procedimento metodológico deste trabalho, é feita pesquisa bibliográfica sobre desenvolvimento regional no Brasil a partir dos anos de 1930, com a

apresentação de uma perspectiva histórica do conceito de desenvolvimento regional, incluindo uma conjectura estrutural formada e atuante no espaço geográfico sergipano, com aspectos socioeconômicos.

No que tange ao nível de investigação e a natureza da pesquisa, este trabalho propõe a descritiva, uma vez que descreve e estabelece relações entre as variáveis através da análise e interpretação de dados em fontes secundárias, tendo como fontes principais os relatórios de resultados e impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) obtidos pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Observatório do Desenvolvimento Regional (ODR) do Ministério do Desenvolvimento Regional e os dados industriais fornecidos pela Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe (CODISE).

No que diz respeito aos dados, a pesquisa expõe sondagem sobre o Nordeste e Sergipe divulgada pelo IBGE através dos Censos (industrial, de serviços, de comércio e agropecuário) e apresentados nos Planos de Desenvolvimento Regionais de Sergipe. Ademais, são estudados dados sobre ocupação e renda do Ministério da Economia (ME), inclusive número de empresas e empregos e localização industrial em Sergipe.

Levando em consideração os objetivos da pesquisa e o campo de estudo, está pautada na abordagem de caráter qualitativa e quantitativa, pois almeja verificar a atual prática adotada no que tange aos repasses de recursos federais para promover o desenvolvimento regional em Sergipe e sua relação com as políticas públicas vigentes. Este estudo examinou os processos que levaram a estruturação do setor industrial em Sergipe, com abordagem cronológica da sua formação industrial no século XVII até 1990.

O Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI) foi criado em 1991, para fomentar o desenvolvimento industrial. A partir dos anos 2000, a política industrial entrou em novo paradigma, em que as políticas de desenvolvimento regional ganharam nova e maior dimensão espacial em Sergipe, com o surgimento dos Planos Estratégicos de políticas industriais em 2011, utilizando a estratégia de desenvolvimento local em consonância com as políticas públicas do governo federal, com destaque para a criação e ampliação dos Núcleos, Áreas e Novos Distritos Industriais.

O PSDI tem efeito positivo no setor industrial sergipano no período entre 1990 a 2019, tendo em vista que é uma política que promove o desenvolvimento regional, através de incentivos locacional, infraestrutural e fiscal concedidos às empresas, com aumento do nível de emprego e investimento, foram gerados 37.584 empregos e investidos mais de R\$ 14,2 bilhões no período.

Ademais, entre 1992 e 2019, os incentivos beneficiaram mais de 300 projetos de empresas instaladas no Estado. No período entre 1990 e 2019, a indústria sergipana mostrou crescimento maior do que vários Estados do Nordeste e do Brasil até o ano de 2011. A partir de 2012, o setor industrial sergipano começou a apresentar diminuição na participação da composição dos setores da economia, saindo de 30,5% para 19,1% em 2017. Em relação aos números de unidades industriais nesse período, houve crescimento de novas unidades até 2015, com o ápice de 3.896 unidades ativas e 83.248 pessoas ocupadas.

Por outro lado, existe má distribuição de projetos aceitos no PSDI, que divergem entre as microrregiões sergipanas, em que a região metropolitana de Aracaju fica com a maior parte dos projetos aceitos, o que tem consequência direta no grau de variação de desenvolvimento entre os locais das áreas industriais no espaço sergipano.

Mais uma limitação do PSDI é a baixa procura dos incentivos pelas empresas locais, que deve estar associado a problemas operacionais de solicitação. Mesmo assim, considerando as empresas que obtêm incentivos, isso confere ao programa função crucial para promover o desenvolvimento local, com a geração de renda e emprego.

Por fim, a análise das políticas públicas industriais implantadas no período entre 1990 a 2019, sugere a necessidade de uma política mais eficaz para promover o desenvolvimento. Para tanto, deve-se levar em consideração que a política industrial prevalece como pré-requisito e principal recurso para o desenvolvimento regional. Portanto, sugere-se o aprofundamento desta pesquisa para melhor compreender os efeitos que o setor industrial gera no desenvolvimento econômico em Sergipe.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional; Políticas Industriais; PSDI.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Planejamento Estratégico**. Brasília, 2005.

CANO, W. **Novas Determinações sobre as Questões Regional e Urbana após 1980**. Campinas: IE/Unicamp, 2011.

COY, Martim. **Desenvolvimento Regional na Periferia Amazônica**: Organização do espaço, conflitos de interesses e programas de planejamento dentro de uma região de “fronteira”. O caso de Rondônia. Porto Alegre: UNISC, 2013. Disponível em: <https://www.unisc.br/site/sidr/2013/Textos/160-2.pdf>. Acesso: em 01 ago. de 2019.

NASSER, Bianca. Economia Regional, desigualdade regional do Brasil e o estudo dos eixos nacionais de integração desenvolvimento. **Revista do BNDES**, vol. 7, n. 14, Rio de Janeiro: BNDES, p. 145-178, 2000.

Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural: uma análise da evolução na Região Nordeste e em Sergipe

Gislaine Santana Gois (gislainesgois@gmail.com)

Christiane Senhorinha Soares Campos (christianescampos@gmail.com)

Linha de Pesquisa: Cultura e Desenvolvimento

RESUMO

O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) é uma política agrícola do Governo Federal regulamentada pelo Decreto nº 5.121/2004 que visa conceder subvenção econômica ao prêmio do seguro rural (MAPA, 2019). Os dados evidenciam que desde a criação desse instrumento de política agrícola o Nordeste tem um número baixo de beneficiários quando comparado com outras regiões o que induz a questionar os fatores que contribuem para essa situação, considerando que a atividade agrícola nesta região está sujeita a inúmeras adversidades e envolve um quantitativo elevado de população em situação de vulnerabilidade social. Assim, o objetivo geral da pesquisa foi analisar os fatores que contribuem para que a região Nordeste seja menos beneficiada pelo PSR no período de 2006 a 2021, levando em conta que essa política precisa ser estudada no contexto da política agrícola nacional e considerando a questão agrária, em suas múltiplas escalas.

Os objetivos específicos da pesquisa foram assim definidos: debater o papel das políticas públicas no âmbito da questão agrária e agrícola a fim de pautar os desafios que ainda não foram superados e determinar o panorama nacional; levantar informações sobre o PSR no Brasil, no Nordeste e em Sergipe para analisar a evolução do seguro rural e evidenciar a desigual distribuição deste instrumento de política agrícola; analisar o desenvolvimento do PSR em Sergipe e sua relação com o desenvolvimento regional.

O Brasil convive com intensas e permanentes estruturas de reprodução de desigualdades que ampliam suas heterogeneidades estruturais. Assim, estratégias nacionais e regionais de desenvolvimento exigem uma maior homogeneização social (BRANDÃO, 2010). Na ausência dessas estratégias são adotadas ações compensatórias (CARLEIAL, 2014). Tendo em vista as crises climáticas, econômicas e sociais, desde 1990, o Estado utiliza-se de políticas de compensação social para atender os agricultores do semiárido brasileiro (CASTRO, 2012).

No geral, a economia política do agronegócio, responsável pela abordagem do capital financeiro na agricultura brasileira, ignora os direitos mercantis estritos sobre a terra. A constatação das graves desigualdades sociais, insustentabilidade ambiental e inviabilidade de médio prazo da economia primário-exportadora, confirmam a necessidade de evolução da discussão da Questão Agrária e de sua relação com o capital financeiro (DELGADO, 2020). O tripé da política agrícola brasileira é estruturado por: crédito rural, seguro rural e inserção da pequena agricultura nos mercados por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (BUAINAIN et al., 2014).

Especificamente sobre o seguro rural, que é o escopo dessa pesquisa, Vieira Júnior et al. (2008 apud SANTANA; SANTOS, 2019) considera a experiência brasileira bastante modesta diante da relevância das atividades agropecuárias no país, tanto do ponto de vista econômico quanto da extensão territorial que envolvem. Guimarães e Nogueira (2009) ressaltam que uma gestão de riscos agrícolas adequada pode proporcionar a estabilidade da renda do produtor rural, assegurando sua permanência na atividade. No entanto, falhas de mercado como informações assimétricas¹, seleção adversa² e risco moral³ inibem a formação de mercados de seguros, sendo necessária a participação ativa do Estado na tentativa de compensar estas falhas. Nos países em que o seguro agrícola é mais desenvolvido constata-se a atuação do Estado segurando e/ou subsidiando prêmios e despesas operacionais de seguradoras, condição que exige uma forte capacidade fiscal, sendo verificada apenas em países desenvolvidos.

No que tange a metodologia esta pesquisa utilizou como método científico o estruturalismo, uma vez que se buscou analisar o seguro inserido na estrutura institucional da política agrícola brasileira. Coerente com esse método, realizou-se uma pesquisa do tipo explicativa, apontando causas e consequências do processo estudado. A abordagem utilizada foi qualitativa e quantitativa. Procedimentos metodológicos adotados foram: pesquisa bibliográfica; levantamento e análise de dados quantitativos; análise documental dos relatórios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e análise de informações socioeconômicas disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

¹ Assimetria de informação verifica-se quando uma das partes de uma transação econômica possui mais informações do que a outra acerca do bem ou serviço sendo transacionado.

² Seleção adversa ocorre quando as seguradoras não conseguem diferenciar clientes de alto risco e de baixo risco, então precificam contratos de seguro a um preço médio para todos.

³ Risco moral refere-se à probabilidade de mudança de comportamento de um segurado por haver contratado um seguro e não poder ser monitorado adequadamente.

A partir da análise dos dados a pesquisa evidenciou que no Brasil, o maior volume de crédito rural é destinado aos grandes produtores, embora o PRONAF concentre o maior número de contratos de crédito rural. O Nordeste concentra o maior número de contratos do país (42%). Mas, essa quantidade de contratos corresponde a apenas 8% do volume de crédito rural aplicado. E dentro da região, nota-se a concentração de crédito rural nos estados da Bahia (39%), Maranhão (26%) e Piauí (11%) que possuem áreas com elevada produção de grãos. A região Sul, embora seja a segunda em número de contratos (31%), concentra o maior volume de crédito, correspondendo a 34% do total.

Em 2021, o Seguro Rural no Brasil apresentou um expressivo aumento no número de produtores atendidos, equivalente a 121.220 produtores elevando a quantidade de apólices para 217.934, o maior volume de apólices contratadas desde a implementação do PSR. Verifica-se, nesse ano, que a categoria grãos concentra a maioria das apólices (76,08%) e também da área segurada (92,58%). E dentro da categoria grãos o seguro também fica concentrado em poucos produtos. O cultivo de soja detinha 57,72% das apólices e 63,98% da área segurada no país, o cultivo de milho 2ª safra correspondia a 17,40% das apólices e 16,11% da área segurada e, por fim, o cultivo de trigo equivalia a 11,29% das apólices e ocupava 8,84% da área segurada. Constatou-se ainda que poucas seguradoras detêm as contratações de seguro rural. No ramo agrícola, a Brasilseg concentrava 39,91% das apólices e no ramo pecuária há concentração de apólices em apenas duas seguradoras, Swiss Re (57%) e Mapfre (43%).

A evolução do Seguro Rural em Sergipe, considerando o número de produtores rurais atendidos e o número de apólices contratadas no âmbito do seguro rural revela um crescimento contínuo tanto no número de apólices quanto no número de produtores atendidos a partir de 2018 até 2021, alcançando o pico de 594 apólices em 2021, abrangendo 444 produtores rurais.

Sergipe segue a tendência nacional e concentra o maior número de apólices (1.240) na categoria grãos, correspondendo a 92,06%. Analisando-se dados de 2011 a 2022 observa-se que a cana-de-açúcar detém 4,97% (67 apólices), a pecuária equivale a 2,82% (38 apólices) e a categoria frutas (0,15%) abrange apenas 2 apólices de laranja.

O percentual de participação de Sergipe na subvenção do Nordeste (2013 a 2021) revela um aumento expressivo a partir de 2018. Inicialmente o estado apresentava a participação ínfima de 0,06% do valor total de subvenção destinada para o Nordeste. Em 2017 participação

equivaleu a 1,28%. Em 2018 aumentou para 4% e chegou a 10,40% em 2021.

Entre os resultados da pesquisa pode-se destacar a constatação da concentração de crédito rural e de seguro rural na região Sul (34% do volume total de crédito rural ofertado no país em 2021 e 58,7% do volume total subvencionado no país Safra 2020/2021). Bem como a concentração de seguro rural destinado ao cultivo de grãos no Brasil, representando 76,08% das apólices contratadas (2006 a 2021), e dentre os grãos, a soja ficou com 57,72% das apólices, e ocupou 63,98% do total de área segurada do país.

Evidenciou-se que o Nordeste teve um baixo número de apólices contratadas (3.533 apólices) e, conseqüentemente um baixo número de produtores beneficiados pelo PSR (2.728 produtores), bem como a pequena abrangência da área segurada (532.317 hectares) e baixa participação na subvenção (3,07% do total de subvenções concedidas no país em 2021).

Por fim, conclui-se que a distribuição tanto do crédito quanto do seguro rural é extremamente concentrada geograficamente e desigual entre os produtores, o que contribui para o agravamento da questão agrária. A concentração de recursos destinados ao cultivo de grãos, sobretudo soja e milho, evidencia que a política agrícola brasileira segue destinada a priorizar o mercado internacional de commodities e os grandes produtores rurais. Portanto, o crédito rural e o seguro rural, da forma que são operacionalizados no Brasil, são ineficientes como mecanismos reduzir desigualdades e promover o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), Política Agrícola, Questão Agrária, Desenvolvimento Regional.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos. Desenvolvimento Nacional, Políticas Regionais e o poder de decisão segundo Celso Furtado. **Cadernos do Desenvolvimento**, vol. 5 (7), out. /2010.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. 1ª edição. Brasília: Embrapa, 2014. 1182 p. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/handle/doc/994073>. Acesso em: 30 jan. 2021.

CARLEIAL, Liana. O desenvolvimento regional brasileiro ainda em questão. **Revista Política e**

Planejamento Regional (PPR), Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.1-21, jan. /jun. 2014.

CASTRO, César Nunes de. A Agricultura no Nordeste Brasileiro: oportunidades e limitações ao desenvolvimento. Texto para discussão / **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Rio de Janeiro: Ipea, 2012.

DELGADO, Guilherme C. Questão Agrária e Capital Financeiro na Agricultura Brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 286-305, mês dez, 2020.

GUIMARÃES, Marcelo Fernandes; NOGUEIRA, Jorge Madeira. A experiência norte-americana com o seguro agrícola: lições ao Brasil? **RESR**, Piracicaba, SP, vol. 47, nº 01, p. 27-58, jan/mar 2009 – Impressa em abril 2009.

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Relatório Geral 2019 Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural**. Secretaria de Política Agrícola. Departamento de Gestão de Riscos. 2019. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/riscos-seguro/seguro-rural/documentos-seguro-rural/copy3_of_RelatorioGeralPSR2019.pdf. Acesso em: 14 jul. 2020.

SANTANA, Adrielli Santos de; SANTOS, Gesmar Rosa dos; FREITAS, Rogério Edivaldo. Acesso ao crédito agrícola no Brasil: dados preliminares do Censo agropecuário de 2017. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Boletim regional, urbano e ambiental. 20. jan.-jun., 2019.

Desenvolvimento e Cultura: uma análise a partir do artesanato em madeira e do bordado “boa-noite” da comunidade Ilha do Ferro no município de Pão de Açúcar

Experidião Geovanini Amorim Barreto
netoamorimb@academico.ufs.br

Denisia Araujo das Chagas
denisia@academico.ufs.br

Linha de Pesquisa: Cultura e Desenvolvimento

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo apresentar uma análise do desenvolvimento cultural da comunidade Ilha do Ferro, situada no município de Pão de Açúcar, Alagoas, a partir do artesanato em madeira e do bordado “Boa-Noite”.

O artesanato em Alagoas representa uma rica expressão cultural, refletindo a história, as tradições e a identidade do povo alagoano. As práticas ancestrais do artesanato em madeira e do bordado “Boa-Noite” têm suas raízes profundamente ligadas à rica história local. As habilidades artesanais dos habitantes da Ilha do Ferro foram desenvolvidas e aprimoradas ao longo do tempo, evidenciando a criatividade e a destreza dos artesãos.

Nesse contexto, este estudo busca destacar a importância dessas manifestações culturais como elementos fundamentais da identidade e resistência da comunidade, além de analisar seu papel no contexto socioeconômico local.

DESENVOLVIMENTO

A diversidade cultural é uma característica marcante das diversas comunidades brasileiras, refletindo-se na dinâmica do artesanato como fonte de renda. Dessa forma, percebe-se que a produção de bordado Boa Noite e artesanato em madeira se tornaram parte integrante da vida cotidiana de muitas famílias. A economia dos municípios agrícolas depende principalmente das atividades agrícolas. O empobrecimento e a estagnação da produção agrícola contribuíram para que o artesanato surgisse como um recurso complementar apropriado, tornando-se, em alguns povoados, a principal fonte de renda.

Os primeiros registros das práticas artesanais da comunidade Ilha do Ferro remontam às antigas tradições, transmitidas de geração em geração. Nesse contexto, a arte do bordado Boa Noite, com seus padrões intrincados e cores vibrantes, destaca-se como uma marca registrada da cultura local. Simultaneamente, o artesanato em madeira reflete a conexão profunda entre os moradores da Ilha do Ferro e a natureza ao seu redor.

Essas formas de expressão cultural não são apenas produtos artísticos, mas são valorizadas como meios essenciais de preservação da identidade local. Conforme ressaltado por Cavalcante (2003, p. 80), esse artesanato se torna um importante elo entre passado e presente.

Furtado, preocupado com a preservação da identidade cultural em face das transformações econômicas, se detém em questões como omimetismo cultural, a reprodução de padrões de consumo e os privilégios das minorias com seus estilos de vida de modernização mimética.

Os primeiros registros dessas práticas remontam as antigas tradições da comunidade Ilha do Ferro, transmitidas de geração em geração. A arte do bordado Boa Noite, com seus padrões intrincados e cores vibrantes, tornou-se uma marca registrada da cultura local, enquanto o artesanato em madeira reflete a conexão profunda entre os moradores da Ilha do Ferro e a natureza ao seu redor.

De acordo com Salgado e Franciscatti (2006), o artesanato representa as manifestações culturais de diferentes povos constituídos por costumes e crenças, cada qual com suas características peculiares da comunidade de origem.

Nesse contexto, o artesanato do bordado Boa Noite e em madeira se revelaram como alternativas de renda substanciais para a maioria da população. Essa dinâmica é reforçada por Buarque (2008, p. 25), quando afirma que o desenvolvimento de base local é uma manifestação poderosa da coletividade, em que indivíduos se unem em prol de um propósito comum. Por meio de um esforço colaborativo e engajado, a comunidade debate ativamente e busca soluções para os problemas que afetam sua realidade local.

Assim, a alta produtividade desses artesanatos se torna não apenas uma expressão da tradição cultural transmitida através das gerações familiares, mas também um reflexo do potencial coletivo da comunidade em promover seu desenvolvimento.

Além disso, essa interconexão de esforços se alinha aos conceitos dos Arranjos Produtivos Locais (APL's). Que de acordo com Cassiolato e Latres (2004, p. 5), os

APL's são um aglomerado de forças econômicas, políticas e sociais que se localizam num dado território e que apresentam capacidades produtivas para a realização de atividades econômicas, capazes de criar vínculos de aprendizagem, cooperação e produtividade. O arranjo produtivo local está comumente associado ao território e suas potencialidades produtivas, trazendo à tona a importância social, histórica e cultural da localidade.

No tocante à produção local da Ilha do Ferro, os produtos são classificados, de acordo com Lins (2021, p. 311) “como arte popular e artesanato tradicional, entre o funcional e o belo, entre o artístico e o artesanal, entre o tradicional e o moderno”.

Nessa perspectiva, o objetivo geral deste trabalho é analisar, a partir do debate sobre cultura e desenvolvimento, a contribuição do artesanato em madeira e do bordado “Boa Noite” para a comunidade, destacando o papel dos arranjos produtivos locais (APL's) na promoção do desenvolvimento socioeconômico e na preservação das tradições culturais. Os objetivos específicos deste estudo são os seguintes: Analisar o papel do artesanato em madeira e do bordado "Boa-Noite" como elementos dinamizadores do desenvolvimento local na Ilha do Ferro; compreender como as atividades artesanais contribuem para a geração de renda, a preservação da identidade cultural e a promoção do turismo na região e apresentar as artes da comunidade Ilha do Ferro e seus principais artesãos.

A concepção de abordar esta temática emergiu da curiosidade em compreender os processos de produção do artesanato em madeira e do bordado "Boa Noite" na comunidade de Ilha do Ferro, bem como entender a dinâmica da comercialização dos produtos confeccionados pelos seus habitantes. Este enfoque se revela oportuno, uma vez que se almeja descrever os impactos socioeconômicos e a relevância da comercialização dessas peças artesanais como principal fonte de renda para os residentes, sem que se percam os traços culturais, históricos e religiosos que constituem um valioso patrimônio cultural.

Em relação à metodologia utilizada, adotamos o método não estruturalista conforme sugerido por Gil (2008), que propõe uma observação imparcial dos fenômenos sociais, evitando preconceitos e permitindo que suas naturezas e importâncias sejam preservadas. Essa abordagem é adequada para analisar as relações humanas e as conjunturas sociais, facilitando a interpretação de práticas e costumes.

Sobre a coleta de dados, informo que a pesquisa será principalmente centrada em informações de estudos anteriores e publicações relevantes. Embora a coleta em campo

possa ocorrer, o foco estará na análise de dados secundários. Essa estratégia visa proporcionar uma compreensão mais abrangente e contextualizada das relações sociais e econômicas em questão, garantindo uma análise mais robusta e fundamentada.

Esta pesquisa é descritiva, fundamenta-se no estudo do artesanato da Ilha do Ferro, adotando uma abordagem qualitativa para a compreensão de sua importância cultural e econômica. Os procedimentos metodológicos utilizados incluem: (a) Levantamento histórico e documental sobre a comunidade Ilha do Ferro, do artesanato em madeira e do bordado "Boa Noite", destacando sua relevância para a comunidade local; (b) Revisão de Literatura acerca dos principais conceitos. A revisão de literatura tem como objetivo estabelecer um embasamento teórico acerca da relação entre Cultura e Desenvolvimento e os Arranjos Produtivos Locais (APL's). A pesquisa se fundamenta nos estudos e perspectivas apresentados pelos seguintes autores: RedeSist (2010), Lastres e Cassiolato (2004), Buarque (2008) e Cavalcante (2003).

PRINCIPAIS RESULTADOS

A análise do artesanato em madeira e do bordado "Boa Noite" da comunidade Ilha do Ferro revela o papel fundamental que essas expressões culturais exercem no desenvolvimento econômico e social local. Esses produtos artesanais vão além de meras mercadorias; representam manifestações significativas da identidade e da herança cultural da comunidade, transmitidas ao longo das gerações.

O artesanato em madeira e o bordado "Boa Noite" não apenas constituem uma fonte importante de renda, mas também fortalecem os laços comunitários e promovem o orgulho cultural entre os habitantes da Ilha do Ferro. Através dessas práticas, os moradores preservam suas tradições e compartilham sua história, contribuindo para a riqueza do tecido cultural da região.

A cooperativa Art-Ilha organiza a produção e a comercialização dos produtos, que são vendidos em feiras locais, eventos culturais e plataformas online. O comércio também ocorre na comunidade, impulsionado pelo turismo, e a comunidade participa de feiras maiores pelo Brasil, ampliando a visibilidade do artesanato.

Além disso, a comunidade se envolve no programa "Alagoas Feito à Mão", que valoriza o artesanato alagoano e oferece capacitação, contribuindo para a melhoria da qualidade dos produtos. A distribuição é feita de forma colaborativa, garantindo acesso às oportunidades de mercado e fortalecendo a identidade local.

Para assegurar a continuidade e a prosperidade das atividades artesanais, é essencial o apoio ao desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APL's). Esses arranjos promovem a colaboração entre diversos atores da comunidade, como artesãos, comerciantes e órgãos governamentais. Com uma estrutura que fortalece a cadeia produtiva, os APL's aprimoram a qualidade dos produtos e ampliam os mercados, garantindo que o artesanato local não apenas sobreviva, mas também se destaque no cenário cultural e econômico.

Além disso, é crucial reconhecer que as novas gerações estão cada vez mais interessadas em aprender e se envolver com essas práticas artesanais, o que pode ser um fator determinante para a preservação e a inovação dentro da comunidade. Embora meu objeto de estudo não se configure como um APL oficial, existe uma interpretação de que a comunidade apresenta elementos típicos de um APL, reforçando a relevância desse tema na análise do desenvolvimento local.

PALAVRAS – CHAVE: Arranjo Produtivo Local; Artesanato; Desenvolvimento Sociocultural e Econômico.

REFERÊNCIAS

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CAVALCANTI, Clóvis. Meio ambiente, Celso Furtado e o desenvolvimento como falácia. **Ambient. soc.** v.5, n.2, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2003000200005>. Acesso em 27 de abril de 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

LASTRES, Helena MM; CASSIOLATO, Jose Eduardo. **Políticas para promoção de arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas: vantagens e restrições do conceito e equívocos usuais**. Rio de Janeiro: SEBRAE/UFRJ–Instituto de Economia, 2004.

LINS, Artur André. **Artesanato e Capitalismo: o caso da Ilha do Ferro (Alagoas)**. Dissertação de Mestrado em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, Campinas, 2021.

A DINÂMICA DOS MERCADOS CULTURAIS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS PLATAFORMAS DE STREAMING¹

Líssia MARINHO²; Verlane SANTOS³

¹ Linha de Pesquisa: Cultura e Desenvolvimento

² Universidade Federal de Sergipe, lissia@academico.ufs.br

³ Universidade Federal de Sergipe, velorca2010@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este estudo propõe uma análise comparativa da dinâmica dos mercados culturais globais e locais, com foco nas plataformas de streaming, como a Netflix em escala global e as plataformas de origem nacional em países como o Brasil, Argentina e México, utilizando conceitos da Economia Política da Comunicação (EPC) e incorporando aspectos da Teoria Marxista da Dependência (TMD) e os debates que precederam à constituição do subcampo da EPC na América Latina, a partir da crítica das Teorias da Dependência Cultural (Bolaño, 2022). Propõe, ainda, ampliar e aprofundar as discussões e resultados apresentados no artigo de Santos & Amado (2023), desenvolvidos no âmbito do Projeto Plataformas (<https://obscomplataformas.com.br/>), no qual se insere o trabalho dissertativo base desta proposta.

As mudanças ocorridas dentro do capitalismo no final do século XX inauguraram um novo paradigma tecnoeconômico (Perez, 1988). Nesse contexto, Chesnais (1996) concentra sua análise no movimento do capital financeiro que passa a atuar em escala global, denominando esse processo como “Mundialização”. Dentro desse panorama, os mercados culturais – espaços de vital importância, onde a produção, distribuição e consumo de bens culturais ocorrem – tornam-se subordinados à lógica financeira, o que altera as relações de força e poder entre agentes capitalistas privados e os Estados Nacionais.

OBJETIVOS

O objetivo geral deste estudo é analisar, comparativamente os mercados culturais de streaming na Argentina, no México e no Brasil, a partir da Teoria Marxista da Dependência (TMD) e da Economia Política da Comunicação (EPC).

Para alcançar esse objetivo, serão realizados os seguintes objetivos específicos: leitura bibliográfica a respeito dos referenciais teóricos conceituais e analíticos da EPC em consonância com uma leitura dos principais aspectos da Teoria Marxista da Dependência, na perspectiva de uma visão crítica sobre as relações econômicas e culturais entre países

desenvolvidos e em desenvolvimento; análise dos mercados culturais em perspectiva comparativa (fazer o mapeamento das principais plataformas de streaming e analisar seus indicadores de atuação – isso vai ajudar a compreender a relevância e o impacto das plataformas de origem nacional, no contexto regional, comparando com os grandes players globais como a Netflix. Também vai ajudar a compreender como as relações de dependência econômica e cultural influenciam as dinâmicas dos mercados culturais dessas regiões.)

JUSTIFICATIVA

A ascensão das plataformas de streaming tem impactado profundamente como consumimos e produzimos cultura. Compreender as dinâmicas econômicas desses mercados é crucial não apenas do ponto de vista acadêmico, mas também para orientar políticas públicas, com o mapeamento das estratégias de mercado e tomadas de decisão empresariais. Ao utilizar os modelos analíticos da Economia Política da Comunicação, podemos entender não apenas as forças econômicas que moldam esses mercados, mas também os aspectos sociais, políticos e culturais envolvidos.

Além disso, a opção de abordar a análise dos mercados culturais a partir da perspectiva da Teoria Marxista da Dependência é um desdobramento do estudo iniciado em Marinho (2023). Nessa pesquisa anterior, o foco esteve na influência do regionalismo aberto proposto pela CEPAL e como ele contribuiu para a redução do debate sobre a dependência na América Latina e por conseguinte tenha contribuído para que se amortecesse a crítica ao neoliberalismo que provocou e segue provocando enormes danos aos países do subcontinente.

Então, a dependência como problema histórico persistente, atravessa os séculos e continua a moldar as relações econômicas e culturais da América Latina e além. Ao focar nos mercados culturais, adentramos em um domínio que é central para a expressão e difusão de identidades culturais. A TMD, com seu olhar crítico para as relações econômicas internacionais, fornece uma base sólida para explorar como o capital exerce influência sobre esses mercados, perpetuando e influenciando a dinâmica da dependência. Ao mesmo tempo, busca-se o paralelismo em relação aos debates fundamentais das décadas de 70 e 80 que estão na base da EPC latino-americana, na crítica sobre as teses do Imperialismo e da Dependência Cultural.

METODOLOGIA

É uma pesquisa de natureza exploratória explicativa, uma vez que tem o intuito de desenvolver uma compreensão mais profunda do tema em questão. Os dados utilizados estão sendo coletados através de uma revisão bibliográfica da literatura disponível, partindo da

identificação de fontes relevantes, seleção e organização dos dados apropriados de uma maneira que permita a análise.

RESULTADOS ESPERADOS

Os resultados esperados devem qualificar as informações iniciais já levantadas e sistematizadas, em relação aos mercados culturais selecionados.

A entrada da Netflix na Argentina ocorreu em setembro de 2011, com um custo inicial de assinatura de 39 pesos argentinos, aproximadamente 9 dólares na época. Desde então, a plataforma experimentou um crescimento acelerado no país. Em dezembro de 2011, a Netflix contava com 57.000 assinantes, número que subiu para 310.000 em junho de 2014. Em 2020, a Netflix dominava o mercado argentino de streaming, detendo 68% de participação (MASTRINI e KRAKOWIAK, 2021).

No entanto, a presença de produções nacionais no catálogo da Netflix na Argentina é notavelmente baixa, representando menos de 3%. As interfaces de recomendação da plataforma priorizam conteúdos internacionais, dificultando a visibilidade dos conteúdos locais. Apesar do crescimento do streaming, o consumo de televisão tradicional ainda é prevalente, com 98% da população assistindo TV tradicional, especialmente entre os espectadores de baixo nível socioeconômico. Ao mesmo tempo, 97% dos usuários de internet entre 16 e 64 anos usam serviços de streaming, evidenciando um crescimento significativo desse mercado (RIVERO e ROSSI, 2022).

No Brasil, a Netflix também iniciou suas operações em setembro de 2011, com uma assinatura inicial de R\$15,00. Em 2021, o Brasil era o segundo maior consumidor de streaming no mundo, com a Netflix sendo a plataforma preferida da maioria dos brasileiros. A entrada da Netflix popularizou o consumo de vídeo sob demanda no país, que agora inclui diversas plataformas como Globoplay, Amazon Prime, Disney+ e HBO Max. A Globoplay, lançada em 2015, lidera em número de usuários no Brasil, oferecendo acesso gratuito a trechos de conteúdos da Globo e uma assinatura de R\$12,90 para acesso completo. Apesar da liderança da Netflix em audiência de streaming, a televisão linear ainda é dominante no Brasil, representando 79% do consumo de vídeo. Para aumentar sua relevância no mercado brasileiro, a Netflix tem investido na produção de conteúdo local, incluindo novelas brasileiras (SANTOS e AMADO, 2023).

No México, a Netflix também tem uma posição dominante. Até o final de 2018, a plataforma detinha 80,8% dos assinantes de SVoD. Mesmo com a entrada de novos concorrentes entre 2019 e 2020, a Netflix continuou a crescer. Para consolidar sua presença no

mercado mexicano, a Netflix adotou diversas estratégias transnacionais, incluindo parcerias com empresas locais. Em julho de 2019, anunciou uma parceria com a Izzi Telecom da Televisa, permitindo a inclusão da Netflix nos pacotes Triple Play da Izzi (GOMÉZ e MUÑOZ,2023).

A produção de conteúdo regional e local também é uma estratégia importante para a Netflix no México. Embora o catálogo ainda seja dominado por conteúdo dos Estados Unidos, há um aumento crescente na diversidade regional e local. Em 2018, o catálogo contava com 682 títulos originais, dos quais 52 eram ibero-americanos, incluindo 20 mexicanos. A preferência da plataforma e de seus usuários pelo formato de séries de TV é clara, com 338 títulos sendo séries e apenas 187 filmes em 2019 (GOMÉZ e MUÑOZ,2023).

A pandemia de COVID-19 teve um impacto significativo no consumo de streaming no México, aumentando o tempo gasto em aplicativos de vídeo. Durante a pandemia, a Netflix esteve entre os três aplicativos móveis mais utilizados no país. Nos primeiros meses da pandemia, a plataforma viu um aumento substancial no uso diário, embora esse número tenha diminuído com o retorno às atividades presenciais em 2022 (BÁRCENAS-CURTIS,2023).

Em conclusão, a Netflix experimentou um crescimento notável tanto na Argentina quanto no México, dominando os mercados de streaming em ambos os países. A plataforma enfrenta desafios na promoção de conteúdo local, mas suas estratégias de parcerias e investimento em produções regionais são cruciais para sua expansão contínua. A pandemia de COVID-19 consolidou ainda mais a posição da Netflix no mercado, com um aumento significativo no uso durante esse período. Comparando os três países, cada país apresenta suas particularidades: a Argentina com seu forte consumo de TV tradicional, o México com sua crescente diversidade de conteúdos regionais, e o Brasil com um mercado competitivo e uma audiência significativa de streaming.

PALAVRAS-CHAVES: Mercados Culturais; Streaming; Economia Política da Comunicação; Teoria Marxista da Dependência.

REFERÊNCIAS

BÁRCENAS-CURTIS, César. **Consumo de Netflix en México durante la Pandemia de Covid-19 Netflix consumption in Mexico during the Covid-19 Pandemic**. Revista Mediterránea de Comunicação, 2023.

Economía política de la comunicación y la cultura en América Latina, 1970 y 1980 / Adolfo Aguilar Zinser ... [et al.]; coordinación general de César Bolaño. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2022.

GÓMEZ, R. e MUÑOZ LARROA, A. (2023). **Netflix no México: um exemplo das estratégias de negócios transnacionais da gigante da tecnologia**. Televisão e novas mídias, 24 (1), 88-105.

MASTRINI, G., & KRAKOWIAK, F. (2021). **Netflix en Argentina: expansión acelerada y producción local escasa**. Comunicación Y Sociedad,

Mordor Intelligence Research & Advisory. (2023, June). **México OTT TV e Vídeo Tamanho do Mercado & Análise de Participação - Tendências de Crescimento e Previsões (2024 - 2029)**. Mordor Intelligence. Retrieved June 14, 2024.

_____. **Las nuevas tecnologías: una visión de conjunto. La tercera revolución industrial**. Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano, 1988, pp. 43-89

RIVERO, Ezequiel Alexander; ROSSI, Diego. **Qué políticas para qué desarrollo audiovisual. La posibilidad regulatoria nacional de las plataformas globales de video a demanda**. Avatares de la Comunicación y la Cultura, [S.l.], n. 24, dic. 2022.

SANTOS, Verlane; AMADO, Amado. (2023). **“As Plataformas no Mercado Brasileiro de Streaming, a partir do modelo analítico da EPC”**. Trabalho apresentado no GP Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, evento do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

Título: A Heterogeneidade Estrutural da Economia Sergipana no período 2002 - 2019

Autores: Me. Marcos Messias dos Santos (marcosmessan@academico.ufs.br)

Prof. Dr. Paulo Sérgio Souza Ferreira (paulmarx@academico.ufs.br)

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Econômico

Este trabalho teve como objetivo geral analisar a estrutura produtiva sergipana no período de 2002 a 2019, a partir do desempenho dos seus macrossetores (Agropecuária, Indústria e Serviços) no que diz respeito à contribuição ao Valor Adicionado Bruto (VAB) ao Produto Interno Bruto (PIB) do estado. Os procedimentos metodológicos adotados foram fundamentalmente a pesquisa bibliográfica e a estatística descritiva, utilizando-se de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA).

Como objetivo específico, procuramos verificar a ocorrência na economia sergipana do fenômeno da heterogeneidade estrutural. Tal fenômeno, conceituado por autores estruturalistas vinculados à Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), diz respeito à existência, na estrutura produtiva de regiões e países periféricos, de assimetrias de produtividade entre os setores econômicos, das quais resultam desigualdades setoriais, sociais e regionais.

De acordo com esses autores, essas assimetrias tendem a se reproduzir no tempo, perpetuando assim as condições de dependência, pobreza e desigualdade das economias periféricas, o que justificou o nosso interesse em analisar tal fenômeno na economia sergipana no século XXI. O trabalho foi desenvolvido, portanto, tendo como referencial teórico o estruturalismo cepalino, com ênfase na Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL.

Considerando os postulados desta teoria, que identifica na indústria a atividade produtiva com maior capacidade de promover o crescimento econômico no longo prazo, realizamos também uma análise do desempenho do setor industrial no período. Para tanto, o setor secundário foi decomposto nos quatro subsetores com os quais trabalha o IBGE, a saber: Indústria Extrativa; Indústria de Transformação; Indústria da Construção; e Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP).

Em relação à produtividade, cujas assimetrias procuramos identificar, adotamos o conceito de produtividade do trabalho, segundo o qual esta se constitui na razão entre o valor adicionado bruto (VAB) e o pessoal ocupado (PO) em cada um dos setores. A

produtividade do trabalho é, portanto, o resultado do valor monetário do VAB gerado por determinado setor econômico dividido pela quantidade de trabalhadores ocupados neste mesmo setor.

Para obtermos os valores monetários reais (constantes), procedemos a um processo de deflacionamento do valor adicionado bruto, tomando como referência o ano mais recente do período analisado (2019). Em seguida, analisamos o desempenho do setor industrial no período, buscando identificar os determinantes do comportamento apresentado. Posteriormente, tratamos de mensurar a produtividade do trabalho nos macrossetores da economia sergipana.

O período de análise foi dividido em três fases: de 2002 a 2003 (pré-ciclo expansivo da economia sergipana); de 2004 a 2013 (fase de maior expansão); e de 2014 a 2019 (recessão e estagnação da economia do estado).

Não primeira fase (2002 a 2003), não obstante a elevada participação do setor industrial no VAB, constatamos que isso se refletia em certa fragilidade estrutural, pois: a) a elevada participação dos SIUP não significava um incremento na dinamização da economia, dada as características do setor – representado principalmente pela Usina Hidrelétrica de Xingó –, que não se integra efetivamente à economia do estado; b) a maior participação da indústria extrativa sinalizava uma vulnerabilidade às variações de demanda e de preços do petróleo; e c) a indústria de transformação, que é o setor com maior capacidade de estabelecer efeitos de encadeamento e que apresenta maiores multiplicadores de produção, participava relativamente pouco do VAB estadual.

No período do ciclo expansivo da economia (2004 a 2013), verificou-se um crescimento do setor industrial, decorrente principalmente: a) da expansão da indústria extrativa, em função dos investimentos da Petrobrás antes da crise de 2009; b) da indústria de transformação, que em Sergipe caracteriza-se principalmente pela presença de empresas de bens de consumo não duráveis, onde verifica-se uma tendência de crescimento associada à expansão do consumo das famílias, fenômeno que se processou em toda a economia brasileira no período; e c) do setor da construção civil, após a implementação das políticas industriais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Minha Casa Minha Vida (MCMV), a partir de 2007.

Após a crise de 2009, o único segmento industrial que permaneceu em expansão contínua durante o ciclo expansivo foi a construção civil, devido à continuidade dos

investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento e do Minha Casa Minha Vida. A indústria extrativa, sofreu oscilações, decorrentes principalmente das variações dos preços do petróleo, em função da crise internacional. O setor dos SIUP, por sua vez, apresentou comportamento declinante, associado às condições climáticas e seus efeitos negativos sobre a atividade da Usina Hidrelétrica de Xingó.

Na última fase, pós-expansão, (2014 a 2019), a economia sergipana refletiu intensamente as transformações processadas na economia nacional, com a eclosão da operação Lava Jato, em 2014, e a política de desinvestimentos da Petrobrás, a partir de 2015. O resultado foi um forte declínio das indústrias extrativa e da construção civil na composição do VAB estadual. De 2012 a 2016, o setor extrativo reduziu em cerca de 90% a sua contribuição ao VAB sergipano. A construção civil, por seu turno, declinou de tal forma que apresentou em 2019 uma contribuição de apenas 3,9% ao VAB estadual, menor nível da série histórica.

Passando à mensuração da produtividade do trabalho em todo o período analisado, verificamos na primeira fase (pré-expansão) significativas assimetrias entre os três macrossetores. A indústria apresentou em 2002 uma produtividade cerca de 632% mais elevada do que a do setor agropecuário e 65% mais elevada que a do setor de serviços. Constatamos assim a existência do fenômeno da heterogeneidade estrutural na economia do estado de Sergipe no limiar do século XXI.

A produtividade mais elevada da indústria se dava em função dos Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP) e da indústria extrativa. Ambos os setores são intensivos em capital e ocupam relativamente pouca mão de obra, caracterizando-se por um elevado valor de produção, assim como de produtividade.

De uma forma geral, na fase expansiva (2004 – 2013), a produtividade da indústria mostrou-se oscilante, expandindo-se com os investimentos da Petrobrás até 2008, declinando em função da crise de 2009 e seus reflexos na indústria extrativa, mas voltando a crescer novamente – embora em ritmo menor – nos anos seguintes, refletindo o aumento dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento.

Em todo o período do ciclo expansivo, o setor terciário, por seu turno, registrou uma suave, mas praticamente contínua elevação da sua produtividade. Dada a predominância dos serviços, tanto na geração de valor quanto na criação de empregos, o

comportamento do setor apresenta uma tendência de aderência ao movimento geral da economia, imprimindo a esta o seu ritmo de crescimento.

O resultado destas tendências verificadas nos setores secundário e terciário foi uma redução do hiato de produtividade entre ambos, com o setor de serviços se aproximando cada vez mais da indústria na sua capacidade média de geração de riqueza. Porém, esse movimento se verificava muito mais por uma queda da produtividade industrial do que por uma forte elevação da produtividade dos serviços.

A partir do ano de 2014, quando a economia sergipana entra na sua fase de desaceleração e posterior recessão, o movimento de redução do hiato de produtividade entre o setor industrial e o de serviços torna-se mais intenso. As indústrias extrativa e da construção civil foram bastante impactadas pelos eventos relacionados à operação Lava Jato e à política de desinvestimentos da Petrobrás.

Desta forma, a última fase se caracterizou por uma acentuada queda da produtividade do setor industrial, mas também por uma redução significativa – ainda que menor – da produtividade do setor de serviços. Como resultado, ambos os macrossetores entraram em uma trajetória de convergência declinante, reduzindo em conjunto a sua capacidade de geração de riqueza para o estado.

O quadro geral que traçamos na nossa análise foi que a heterogeneidade estrutural foi um fenômeno presente na economia sergipana no período de 2002 a 2019. Especialmente antes e durante o ciclo expansivo, a produtividade do setor industrial mostrou-se bastante discrepante daquelas verificadas na agropecuária e nos serviços.

Da mesma forma, mesmo com a aproximação dos níveis de produtividade da indústria e dos serviços, ao convergirem para baixo na fase recessiva, tais índices mantiveram-se bem acima daqueles verificados na agropecuária, uma vez que a produtividade deste setor em 2019 era de apenas 32% da indústria e 35% dos serviços. Assim, o quadro mostra uma tendência de persistência do fenômeno da heterogeneidade estrutural na economia do estado.

Faz-se necessário destacar ainda que a economia sergipana exibiu ao longo de toda a série 2002/2019 as características inerentes à sua condição periférica: agropecuária marcada por relações e técnicas de produção tradicionais; acentuadas assimetrias de produtividade entre os setores; baixa capacidade de geração de valor na indústria de

transformação; vulnerabilidade do setor mais intensivo em capital às variações das economias centrais, etc.

Em adição a este quadro, os setores industriais e de serviços – os maiores geradores de riqueza do estado – chegaram ao final da série histórica registrando alguns dos mais baixos índices de produtividade de todo o período em análise. A capacidade de geração de riqueza da economia estadual apresentou, portanto, uma trajetória de declínio. A persistência desta tendência torna ainda mais difícil a possibilidade de mitigação das condições de pobreza, desigualdade e vulnerabilidade que historicamente têm marcado a economia sergipana.

PALAVRAS-CHAVE: heterogeneidade estrutural; produtividade do trabalho; indústria; economia sergipana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. 5ª ed. Rio de Janeiro, Editora Contraponto, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema de Contas Regionais**. 2002 – 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**. 2020

IPEADATA. **Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas**. Produto Interno Bruto; Deflator Implícito do PIB; Taxa de Câmbio. 2022.

MELO, R. O. L. de. **Economia Sergipana Contemporânea (1970/2010)**. 1ª ed. Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012.

PINTO, A. Natureza e implicações da “Heterogeneidade Estrutural” na América Latina. In: Bielschowsky, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**, Vol. 1. 1ª ed. Rio de Janeiro, Editora Record, 2000.

PREBISCH, R. **O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios**. 1ª ed. Rio de Janeiro, Editora Contraponto, 2011.

RODRIGUEZ, O. **A Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL**. 1ª ed. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária. 1981.

RODRIGUEZ, O. **O Estruturalismo Latino-Americano**. 1ª ed. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira. 2009.

ASSOCIAÇÃO AROEIRA E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DAS MULHERES EXTRATIVISTAS

Paula Roberto de Carvalho

paularbtcarvalho@academico.ufs.br

Christiane Senhorinha Soares Campos

chriscampos@academico.ufs.br

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Econômico

INTRODUÇÃO

No Estado de Alagoas a característica central da agropecuária é sua antiga e reafirmada concentração fundiária, o que limita o acesso de muitas famílias a terra e condições de produção ou a coloca sob relações precárias de propriedade (assentado sem titulação definitiva, arrendatário, parceiro, ocupante e produtor sem área). No Estado, predomina a produção açucareira, mas existem outras propriedades rurais que cultivam frutas e hortaliças, além disso, existe também a criação de rebanhos e práticas extrativistas.

A rica biodiversidade de recursos naturais em Alagoas pode viabilizar a inclusão de atores sociais marginalizados por meio da gestão eficiente desses recursos. Nesse contexto, a adoção de um sistema coletivo de trabalho e dos meios de produção surgiu como uma fonte de renda para tornar sustentáveis as atividades desenvolvidas por associações em comunidades rurais mais pobres (Toniasso, et al., 2007). Segundo Beserra (2011, p. 11) “[...] o uso de práticas solidárias e cooperativas, portanto, tem sido entendido como um mecanismo que pode facilitar o processo produtivo, além de propiciar melhores relacionamentos com o mercado, instituições públicas e com a sociedade de maneira geral [...]”.

O município de Piaçabuçu possui áreas de ocorrência natural de ervas e espécies frutíferas que podem ser exploradas e valorizadas economicamente (Maciel, 2020). Nesse cenário, a coleta de frutos de aroeira emerge como uma estratégia viável para melhorar a renda familiar no campo, especialmente para as mulheres, que têm sido historicamente invisibilizadas no trabalho rural. Assim, a Associação Aroeira, objeto deste estudo, localizada em Piaçabuçu, Alagoas, se apresenta como empreendimento econômico solidário tornando-se uma alternativa de inclusão social e econômica para as mulheres extrativistas da região.

A Associação Aroeira, situada na região do Baixo São Francisco, na área rural do município de Piaçabuçu, em Alagoas, foi fundada em 2011, com a união de trabalhadores rurais extrativistas das cidades de Penedo, Piaçabuçu, em Alagoas, e de Neópolis e Santana do São Francisco, em Sergipe. A Associação Aroeira teve início com o Projeto Aroeira, em

2010, que foi coordenado pelo Instituto Ecoengenho, com incentivos financeiros do Governo Federal, através da Petrobras. O Projeto Aroeira inicialmente tinha previsão de duração de dois anos, mas foi prorrogado por mais dois anos. Em Piaçabuçu o projeto consistiu na criação de uma unidade de beneficiamento para que os extrativistas pudessem selecionar, desidratar, embalar e rotular a pimenta rosa, com a finalidade dos produtos acessarem nichos especiais de mercado.

O Projeto tinha como proposta desenvolver estratégias de comercialização e ampliação do mercado consumidor da Aroeira-Vermelha (*Schinus terebinthifolius* Raddi), popularmente conhecida como pimenta-rosa, promovendo a conscientização ambiental e incentivando o manejo sustentável da biodiversidade presente na região, além de proporcionar renda e inclusão social aos extrativistas locais. Atualmente, a Associação é composta por 30 membros associados somente de Alagoas, que desempenham atividades de base ecológica, sendo formada majoritariamente por mulheres rurais extrativistas que atuam de forma autogestionária.

Neste contexto, o objetivo geral da pesquisa é analisar a atividade extrativista realizada por mulheres a partir da trajetória da Associação Aroeira em Piaçabuçu, AL, de modo articulado com o debate das políticas públicas no contexto contemporâneo, marcado pelo predomínio do neoliberalismo.

Os objetivos específicos são: 1. Resgatar a trajetória de construção da Associação Aroeira, verificando como se deu a inserção produtiva da pimenta rosa nesse grupo de mulheres e sua influência nas condições de vida das associadas; 2. Identificar ameaças e conflitos socioambientais que podem comprometer o desenvolvimento produtivo da Associação, bem como verificar quais ações desenvolvidas na Associação Aroeira implicam em avanços socioeconômicos e ambientais.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa se alicerça no método estruturalista, constituindo-se em uma pesquisa do tipo explicativo com uma abordagem qualitativa. Os procedimentos metodológicos utilizados na execução dessa pesquisa foram: **(a)** revisão de literatura com pesquisa bibliográfica e documental sobre a temática proposta; **(b)** pesquisa de campo com realização de entrevistas e observações *in loco*. No que se refere à revisão de literatura, buscou-se construir um referencial teórico e analítico acerca do trabalho realizado pelas mulheres rurais, a conquista da autonomia e o extrativismo. A pesquisa foi balizada pelos conceitos dos seguintes autores: Brumer (2004), Hora e Butto (2014), Leff (2001), e Oliveira (2021). Outro procedimento realizado foi a pesquisa documental, particularmente de documentos da própria associação.

A pesquisa de campo consistiu em visitas técnicas à Associação Aroeira, em Piaçabuçu, para coletar dados, observar os processos de trabalho e realizar entrevistas semiestruturadas com as mulheres membros da Associação. Foram realizadas duas visitas, nas quais se entrevistou um total de 07 mulheres, bem como registros fotográficos da biodiversidade existente no local de estudo e nos sistemas de produção que foram visitados.

RESULTADOS OBTIDOS

Antes do Projeto, as extrativistas entregavam os frutos coletados in natura diretamente aos atravessadores, a coleta era feita de forma inapropriada e com forte exploração sobre as árvores prejudicando as colheitas seguintes. Com a conscientização de que, trabalhando coletivamente, todos poderiam ganhar mais, os extrativistas agroindustrializaram a pimenta rosa agregando valor ao produto final. Assim, o preço da pimenta rosa, que era vendido por R\$ 0,50 a 1,50 por quilograma aos atravessadores, passou a ser comercializado diretamente pelos extrativistas, através de uma associação. Atualmente, o produto é vendido a R\$ 240,00 e R\$ 160,00 por quilograma, e a R\$15,00 a unidade de 30 gramas. A variação do preço ocorre de acordo com a localidade da entrega do produto, pois os custos aumentam para longas distâncias.

A pimenta rosa é comercializada in natura sem utilização de agrotóxicos, tem foco para restaurantes, eventos de culinária, tem forte potencial no mercado de turismo. A Associação reserva aroeira durante a safra para garantir renda na entressafra. Seu sistema de comercialização inclui vendas indiretas por meio de parcerias com comerciantes na área turística da Foz do Rio São Francisco e na capital do estado, Maceió. Além disso, a associação mantinha relações mercadológicas com um intermediário de compra e venda no Estado de São Paulo, que, infelizmente, veio a falecer durante a pandemia do Covid-19. Também realiza vendas diretas a consumidores finais, mediante encomendas ou na própria sede da associação.

Quando termina o período de colheita da pimenta rosa, a Associação Aroeira diversifica a produção, realizando a extração de outras frutas para garantir sua manutenção no mercado, gerar renda de forma mais frequente, possibilitando assim a permanência das extrativistas na associação. A Associação passou a produzir bolos de aipim, leite, laranja, doces de leite e frutas, cocadas e geleias. A diversificação da produção foi essencial para manter a associação ativa, uma vez que apenas a extração da aroeira não seria suficiente. Enfrentando desafios que vão desde as condições ambientais até o processo de comercialização, foi necessário explorar outras atividades a partir do setor de

agroindustrialização de alimentos utilizando produtos da agricultura familiar para dar continuidade às atividades da associação.

Por meio da diversificação da produção e após diversas lutas Associação passou a acessar os mercados institucionais: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), uma parceria com a Prefeitura de Piaçabuçu que comprava da Associação parte de sua produção. A produção contava com bolos de aipim, leite, laranja, doces de leite e frutas, sequilho, tapioca, frutas desidratadas, pizzas de mandioca e pães. Essas atividades de fornecimento representavam a principal fonte de renda ao longo do ano para a associação. Atualmente estes canais não são mais acessados e continua sendo um dos desafios do empreendimento para consolidação do seu mercado, embora possua um grande potencial existe esse entrave por conta de conflitos políticos.

O processo de manutenção da associação não foi fácil para as mulheres, que buscaram obter recursos financeiros por meio do acesso a projetos e programas do governo, essenciais para a manutenção das atividades da associação. Em 2019, foi lançado o Projeto Ecocozinhar, financiado pelo Ministério da Cidadania e Governo Estadual, construiu uma cozinha industrial e a capacitou as associadas em gastronomia e culinária para o beneficiamento de frutas e verduras típicas da região, resultando na produção de geleias, cocadas, doces, bolos e pães. Em 2020, iniciou-se o Projeto de Educação Ambiental e Reflorestamento Bosque Berçário das Águas em Piaçabuçu/AL e Brejo Grande/SE, financiado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, com o objetivo de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas na Mata Ciliar do rio São Francisco. Em 2021, implantou-se o viveiro de mudas em Piaçabuçu, com capacidade de produção de 115.000 mudas por ano, utilizando excedentes em Área de Proteção Ambiental e das sementes das frutas nativas beneficiadas que viram doces e geleias.

O acesso às áreas de ocorrência natural da aroeira é realizado tanto em locais de acesso livre quanto em propriedades particulares, mediante permissão dos proprietários. Contudo, surgem conflitos quando proprietários proíbem a entrada e coleta em suas terras. As associadas relatam que esses proprietários realizam desmatamento ilegal através de corte ou queimada das áreas de ocorrência da espécie. Além disso, alguns tentam explorar financeiramente a associação, buscando assumir controle na gestão da associação. Outra ameaça é o crescimento da especulação imobiliária na região.

Após a execução do Projeto Aroeira e a formação da Associação, algumas mulheres associadas assumiram papéis de liderança, adquiridos no processo de execução do projeto. As

atividades desenvolvidas na Associação proporcionam renda própria, permitindo que as associadas aprendam a utilizar seu dinheiro de forma autônoma e desenvolvem maior participação na tomada de decisões. No trabalho de campo pode-se observar que as sócias-fundadoras desempenham papel fundamental nas decisões da associação. As relações de aprendizado dessas extrativistas com a Associação Aroeira as tornam aptas para a busca de novas fontes de recursos e novos projetos de capacitação e geração de renda dentro da associação.

No processo de construção da Associação Aroeira, destaca-se a importância da organização coletiva com a participação ativa das mulheres. Elas unem esforços para adquirir conhecimento e promover a autonomia e o protagonismo feminino. A participação das mulheres na associação possibilita o acesso a capacitações, aumento do aprendizado, a autonomia, a autoestima, crescimento pessoal, acesso a recursos e oportunidades econômicas, trazendo benefícios significativos para a renda de suas famílias e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e do trabalho dos pequenos extrativistas familiares.

As mulheres entrevistadas enfatizam a superação da dependência financeira de seus maridos, relatando que a participação na associação ajudou a conquistar maior autonomia. Essa autonomia vai além da simples geração de renda, pois elas não apenas conseguiram aumentar sua renda, mas também adquiriram a capacidade de decidir como alocar essa renda. Isso lhes proporciona liberdade para tomar decisões quanto ao uso da renda gerada.

A Associação contribui para o desenvolvimento socioproductivo das mulheres rurais. Contudo, o percurso de efetividade de políticas públicas, seja por projetos ou programas, disponíveis as mulheres da Associação Aroeira têm sido caracterizados por interrupções e discontinuidades. É essencial adotar políticas que equilibrem o desenvolvimento econômico com os aspectos ecológicos e produtivos, considerando os recursos sociais disponíveis, para garantir à manutenção da sobrevivência das famílias e proteger os recursos naturais para o presente e o futuro.

PALAVRAS - CHAVE: Trabalho feminino no campo; Trabalho de mulheres extrativistas da Associação Aroeira; Políticas públicas;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BESERRA, M. R. **Associativismo Rural: Estratégia de Participação para Consolidação da Agricultura Familiar na Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Mirolândia, em Picos – Piauí.** 2011. 87 f. Dissertação. (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

MACIEL, K. N. **Mulheres da aroeira e o trabalho associado:** ações organizativas de extrativistas em Piaçabuçu, Alagoas. 2020. 101f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal de São Carlos, Araras, SP. 2020.

TONIASSO, H. R. et al. Agricultura familiar e associativismo rural – o caso Associação Harmonia de Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul e a sua sustentabilidade. **Informe Gepec**, v. 12, n. 2, 2007. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/1323/1074>. Acesso em: 20 ago. 2024.

INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: ESTUDO DE CASO DA SERGIPE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS S/A.

Rafael Santos da Silva, fael.stos27@gmail.com
Denisia Araujo das Chagas, denisiachagas@yahoo.com.br

Linha de pesquisa: Cultura e Desenvolvimento

As micro e pequenas empresas (MPEs) foram afetadas pela evolução do mercado de cartões de crédito, principalmente após a lei 12.865/2013, que foi instituída para normatizar e regulamentar o mercado de meios de pagamentos integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB). Fato este, que foi um marco no mercado de cartões de crédito, iniciando uma série de transformações de procedimentos e disponibilizações de tecnologias. Essa lei, segundo Teixeira (2018), proporcionou um cenário da promoção de sistema de pagamentos de varejo mais competitivo, efetivo, protegido e com redução do risco sistêmico.

Diante desse contexto, o presente trabalho objetiva apresentar um estudo de caso da Sergipe Administradora de Cartões e Serviços S/A. (SEAC), com enfoque nas repercussões do produto TKS sobre as micro e pequenas empresas, em particular para as que atuavam no comércio varejista em Sergipe durante o período entre 2014 e 2019.

A partir do ano de 2014, o Banco Central do Brasil (BACEN) iniciou um monitoramento, proporcionando para os comerciantes o acesso às máquinas com preços competitivos, o que possibilitou a aceitação de recebimentos de transações de crédito e débito. Anteriormente, isso não ocorria devido aos altos custos da operação. A partir disso, os lojistas vistos como “desbancarizados” (que não têm conta corrente em banco) foram favorecidos (Teixeira, 2018).

Conforme o BACEN (2020), no ano de 2014, estavam funcionando no Nordeste cerca de 660 mil equipamentos de POS (tecnologia que trabalha *online* e com os cartões de crédito ou débito dos clientes) ou maquininhas, com destaque para os Estados da Bahia (33%), Pernambuco (19%) e Ceará (16%). As menores participações na região foram registradas pela Paraíba (5%), Piauí (4%) e Sergipe (3%). Em 2018, havia 1,2 milhão de equipamentos na região, com aumento considerável e homogêneo, mantendo os mesmos Estados com maiores e menores participações. Em Sergipe, por sua vez, na comparação entre os anos de 2014 e 2018, observou-se crescimento de 102%, passando de 22.884 para 46.126 unidades ativas. Nota-se que a aceitação desses meios de pagamentos pelos lojistas evoluiu no período, seguindo a tendência dos demais Estados nordestinos.

No que tange à metodologia, é realizada uma pesquisa descritiva, em que são observadas as transformações das MPEs sergipanas do comércio varejista diante do produto TKS da SEAC Sergipe durante o período entre 2014 e 2019. O recorte temporal deve-se às medidas específicas para

normatização e regulamentação do mercado de meios de pagamentos, através da lei 12.865/2013.

Em relação aos procedimentos técnicos, é realizada pesquisa bibliográfica sobre a importância da inovação no processo concorrencial entre empresas e o desenvolvimento tecnológico segundo Schumpeter, bem como a origem e estrutura do mercado de cartões.

Quanto à forma de abordagem da pesquisa, tem caráter quantitativo e qualitativo, por utilizar métodos interpretativos via entrevistas com instrumento fechado e observação dos fenômenos e objetos do tema proposto. Ademais, a abordagem quantitativa utiliza a coleta de dados e a compreensão de fenômenos (Gil, 2010). São analisados dados secundários para analisar a evolução do mercado de cartões de crédito e caracterizar as MPEs sergipanas do ramo varejista. Adicionalmente, é abordada a importância da SEAC no mercado de cartões junto aos lojistas em Sergipe, através do estudo de caso. O delineamento da pesquisa adotado para o questionário aplicado foi a amostragem por saturação para definir o tempo da coleta de dados, com a aplicação de 84 questionários junto aos gestores de empresas.

Conforme Schumpeter (1997), por meio da inovação tecnológica é possível gerar uma interrupção no sistema econômico, modificando os padrões de produção e gerando diferenciação para as empresas através da retirada do estado de equilíbrio do sistema. Este fato é crucial para o desenvolvimento econômico regional e de uma nação.

No processo de decisões estratégicas de crescimento das empresas utilizado pelos gestores, bem como na busca de enfrentamento a concorrência imposta pelo mercado, os gestores podem utilizar as inovações tecnológicas como mecanismo de concorrência que condicionará o desenvolvimento tecnológico (Brasil, Nogueira; Forte, 2011).

Deste modo, pode-se considerar sobre os preceitos da teoria schumpeteriana, que a inovação tem função importante para que o desenvolvimento aconteça. Bem como, que as empresas independentes do seu tamanho contribuem para que aconteçam os ciclos tecnológicos, viabilizando o desenvolvimento tecnológico, refletindo nas alterações que ocorrem na economia.

Santos et al. (2011) salientam que a utilização de novas tecnologias gera a possibilidade de crescimento econômico, o que estabelece uma nova dinâmica, por consequência, a evolução das organizações.

A história do mercado de cartões de crédito foi marcada por vários fatos que ao longo do século XX demonstram o crescimento desta modalidade de pagamento. Na primeira metade do século, destacam-se experiências, oportunidades e inovação sobre formas de pagamento que começavam a ganhar visibilidade. A partir da segunda metade desse século, a modalidade inicia um processo de expansão e projeção mundial, com a criação de uma versão de cartão internacional, a exemplo do cartão de crédito Diners Club em 1953.

A utilização de cartões de crédito no Brasil foi ganhando relevância ao decorrer dos anos,

provocando uma substituição natural pela população na opção de utilizar o cartão de crédito como forma de pagamento ao invés do cheque. Na primeira década do século XXI, a utilização do cheque reduziu 8,1%, enquanto o meio de pagamento apresentou um crescimento de 21%. O que contribuiu para estabelecimentos já habilitados em receber cartões de crédito a reduzirem a inadimplência nas transações realizadas com cheque, assim, favorecendo diretamente as micro e pequenas empresas, que sofriam com esses casos devido à escassa margem no caixa (ABECS, 2010).

O mercado de cartões é constituído por cinco participantes, que também podem ser chamados de *players*, são eles: o portador (a) do cartão, o estabelecimento, o emissor, o credenciador (adquirente) e as bandeiras. Os participantes do mercado de cartões de crédito formam um conjunto de agentes com atribuições relevantes para a movimentação deste mercado, que é totalmente interligado e capaz de movimentar enorme quantitativo de informações e recursos.

Adicionalmente, dentro desse mercado de cartões estão as MPEs, com suas dificuldades e anseios de adaptabilidade, em que, conforme mencionado por Leone (1999), no Brasil, essas empresas possuem aspectos que as caracterizam como empresas de gestão informal, que enfrentam escassez de recursos e têm baixa qualidade gerencial. Para melhor definição das características das MPEs, segue breve descrição desses aspectos:

- *Gestão informal*: a concordância de patrimônio empresarial e pessoal implica a formulação de estratégias, avaliação de desempenho e verificação da situação financeira da empresa. A forte presença de entes familiares dificulta o relacionamento e as rotinas operacionais do empreendimento;
- *Escassez de recursos*: é a uma realidade vivida pelas MPEs que se confrontam com dificuldades de adquirir recursos através de financiamentos tanto na esfera privada como na pública; e
- *Baixa qualidade gerencial*: é uma consequência da gestão informal. Impactada diretamente da escassez de dados sobre os controles, processos, mercado e dificuldade nas tomadas de decisão e construção de estratégia competitiva.

As transformações nas Micro e Pequenas Empresas sergipanas decorrentes da evolução do mercado de cartões de crédito no período a partir de 2014 estão associadas a fatores como: a) A reestruturação da gestão financeira, com a modernização dos mecanismos de controles financeiros, tendo em vista as dificuldades de poder de barganha das MPEs frente às administradoras de cartões; e b) Mudança de dinâmica de precificação dos produtos e serviços.

Diante desse contexto, a empresa SEAC – Sergipe Administradora de Cartões e Serviços S/A encontra-se como um agente que contribui diretamente para o avanço das MPEs sergipanas. A SEAC foi fundada em maio de 2000, e pertence ao Grupo Banese – Banco do Estado de Sergipe. Seu objetivo inicial era de oferecer um cartão de crédito acessível a toda população, isento de taxa de anuidade, o que foi seu diferencial no mercado sergipano até poucos anos atrás. No primeiro ano

de operação, em 2001, já obteve marcas expressivas, atingindo 34 mil portadores e 150 estabelecimentos credenciados (SEAC, 2021).

Em 2018, a SEAC lançou o produto TKS, que possui sua própria adquirência e subadquirência, passando a ter em sua base de estabelecimentos tanto PJ (pessoa jurídica) como PF (pessoa física), o que proporcionou uma maior aceitação do seu produto Banese Card, inclusive alcançou alguns segmentos como os de autônomos, que não era possível devido à antiga necessidade de um CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) para poder transacionar com Banese Card.

No que diz respeito aos dados primários coletados a partir da aplicação de questionários junto aos gestores de empresas, constatou-se o seguinte: a) quanto ao perfil dos gestores entrevistados das MPEs, a presença feminina é mais expressiva; b) predominou a faixa etária entre 36 a 46 anos; c) há baixa escolaridade dos gestores das MPEs, em que 75% possuem apenas o ensino médio; d) 85% das MPEs estão com mais de um ano de atividade, isso é positivo, mesmo com as dificuldades que elas enfrentam; e) os gestores ainda enfrentam problemas quanto aos meios de pagamentos de cartão de crédito, como a alta dificuldade na negociação das taxas cobradas, bem como a necessidade de antecipar os recebíveis para manutenção do capital de giro; f) a dificuldade das MPEs em acompanhar o processo de inovação e o desenvolvimento através das adaptações de novas tecnologias ficou evidenciado, em que 50% dos gestores entrevistados possuem apenas um equipamento ou não possuem, este que não possuem correspondem a 25%, quantitativo considerável que não tem acesso às novas tecnologias, fato este que provoca desvantagem competitiva.

A pesquisa revelou que a SEAC tem função relevante para as micro e pequenas empresas sergipanas, não somente por sua participação expressiva no Estado, que vem desde os anos 2000, com presença em 35% dos estabelecimentos pesquisados, até mesmo depois do *boom* da concorrência no mercado sergipano, que aconteceu principalmente após a chegada dos bancos digitais.

Por ser uma empresa de cartão de crédito que por longos anos focou nas classes C e D¹, isso possibilitou que parte esquecida da população por esse segmento do mercado obtivesse cartão de crédito. O que estimulou o cadastramento de estabelecimentos para sua aceitação, tornando as pessoas destas classes em potenciais clientes para os estabelecimentos que aceitassem essa forma de pagamento, o que ampliou as oportunidades de negócios. Portanto, contribuiu para o desenvolvimento local.

Através deste estudo pôde-se observar as repercussões do mercado de cartões de crédito sobre as micro e pequenas empresas sergipanas, seja através das regulamentações do BACEN, seja pela necessidade de adaptações das MPEs. Constatou-se, também, a importância do produto TKS da Sergipe Administradora de Cartões e Serviços S/A na manutenção e crescimento das MPEs no Es-

¹ As classes sociais são classificadas pelo IBGE por meio da renda familiar mensal, onde a classe C (3 a 5 salários mínimos) e a classe D (de 1 a 3 salários mínimos).

tado de Sergipe, através de sua ampla carteira de portadores. Ademais, foi possível verificar dificuldades e necessidades das MPES quanto à gestão financeira, com a modernização dos mecanismos de controles financeiros, inclusive, as MPES têm muita dificuldade para negociar taxas com as administradoras de cartões, sendo massacradas pela financeirização, pois sem alternativas, restam às MPES utilizar o produto. Por conseguinte, isso afeta a dinâmica de precificação dos produtos e serviços em muitos casos, em que o custo do serviço é repassado diretamente para os clientes.

Diante desses problemas apontados, sugere-se que essas empresas poderiam inovar a partir da criação de fintechs próprias e independentes, a fim de libertar essas MPES das grandes plataformas de crédito.

Palavras-chave: Inovação; Meios de Pagamentos; Cartão de Crédito; MPES; SEAC

REFERÊNCIAS

ABECS – Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços. O Novo Mercado Brasileiro de Cartões de Pagamentos. SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE CARTÕES DE PAGAMENTO. **Anais...** 2010. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pom/spb/Seminarios/2010_SemInternCartoesPagamento/Arquivos/Abecs.pdf>. Acesso em: 04 de setembro de 2022.

BRASIL, Marcus Vinicius de Oliveira; NOGUEIRA, Cláudio André Gondim; FORTE, Sérgio Henrique Arruda Cavalcante. Schumpeter e o Desenvolvimento Tecnológico: uma visão aplicada às Pequenas e Médias Empresas (PMEs). **Revista de Ciências da Administração**, v. 13, n. 29, p. 38-62, jan./abr. 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2175-8077.2011v13n29p38>>. Acesso em: 07 de maio de 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2009.

LEONE, N.M. As especificidades das pequenas e médias empresas. São Paulo: **Revista de Administração**, v. 34, n. 2, p. 91-94, abril/junho 1999.

SANTOS, A. B. A. et al. **Inovação: Um Estudo Sobre a Evolução do Conceito de Schumpeter**, 2011. v. 5, n. 1. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/caadm/article/viewFile/9014/6623>>. Acesso em: 07 de março de 2021.

SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultura, 1997.

SEAC – Sergipe Administradora de Cartões e Serviço S/A. **Conheça a SEAC**. Aracaju. 2021. Disponível em <<https://e-seac.com.br>>. Acesso em: 15 de outubro de 2021.

TEIXEIRA, D. **A 3ª onda dos meios de pagamentos no Brasil: quais as possibilidades nessa nova fase?**. Zoop - 2018. Disponível em: <<https://zoop.com.br/blog/pagamento/meios-pagamento-brasil/>>. Acesso em: 31 de julho de 2020.

Desenvolvimento Econômico Regional: um Modelo de Previsão nas Empresas Sergipanas

Luiz Inácio Sampaio da Silva (inacioss1812@gmail.com)

Denisia Araujo das Chagas (denisiachagas@yahoo.com.br)

Linha de Pesquisa: Cultura e Desenvolvimento

Em 2019, o Produto Interno Bruto (PIB) de Sergipe foi de R\$ 44,69 bilhões, com evolução nos setores da Agropecuária (5%), Indústria (20%) e o setor de Serviços que foi responsável por 75% do valor adicionado bruto. Segundo dados do IBGE, através da Demografia das Empresas e Estatísticas de Empreendedorismo, em 2019, o número de unidades locais no Brasil ultrapassou 5,1 milhões, enquanto o Estado de Sergipe registrou 30.678, a maior parte dessas empresas está ligada ao comércio.

Para Marchioro (2014), as empresas além de trazerem um crescimento e desenvolvimento tecnológico para todo o sistema estadual, garantem melhorias sociais para a população daquela região, como melhoria de renda, maior qualidade de vida, redução da taxa de desemprego, menor taxa de migração para os grandes centros urbanos, melhoria educacional e profissional. Destarte, são mudanças que serão vistas a longo prazo na região.

Um gestor empresarial nos países desenvolvidos, segundo Fraletti e Famá (2003), tem responsabilidades delegadas, como as de controlar, organizar, executar e gerar resultados, inclusive, tem o dever de conhecer e mitigar os riscos pertinentes das atividades realizadas no setor. Logo, é viável que o gestor público e o empresário obtenham modelos que taxem a sensibilidade aos fatores que associam a algum grau de risco.

Nesse contexto, o presente trabalho objetiva apresentar um modelo que identifique a quantidade de empresas entrantes através da predição e evolução no período entre 2020-2022, a fim de contribuir na tomada de decisões futuras e de melhorias sociais, servindo como monitoramento do cenário para as empresas privadas e para investimentos futuros, bem como na contextualização social da população sergipana.

Os objetivos específicos são os seguintes: (i) Realizar levantamento bibliográfico sobre teorias de desenvolvimento regional, sob a ótica de Perroux, Myrdal e Hirschman; (ii) Apresentar uma caracterização da região Nordeste e de Sergipe, mostrando o contexto histórico da formação da desigualdade, incluindo o estudo das políticas de desenvolvimento econômico; (iii) Realizar um levantamento de pesquisas com esse mesmo perfil e observar os resultados para as empresas sergipanas; (iv) Elaborar um modelo que contribua na tomada de decisões futuras e de melhorias sociais.

No que diz respeito à metodologia deste trabalho, a pesquisa é caracterizada como

descritiva. É realizada pesquisa bibliográfica sobre teorias de desenvolvimento regional, bem como é apresentada uma caracterização da região Nordeste e de Sergipe, mostrando o contexto histórico da formação da desigualdade.

O presente trabalho é realizado mediante as informações disponibilizadas pelo IBGE, através do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE), que tem como base a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE 2.0. Foram levantadas as seguintes variáveis, por tipo de classificação econômica: número de empresas, número de unidades locais, pessoal ocupado, salários e outras remunerações, taxa de desemprego, PIB e o índice de Gini. Com essas informações foram elaborados os resultados da Demografia das Empresas e Estatísticas. A base de dados compreende o período entre 2008 e 2019, a técnica utilizada é de natureza qualitativa e quantitativa, como também é feita revisão das informações e levantamentos de estudos relacionados ao tema em questão.

Apesar dos poucos trabalhos relacionados à análise de desenvolvimento regional e a ótica da ciência de dados preditiva, busca-se através da série temporal descrever o funcionamento padrão do comportamento, o que é realizado através da visualização de gráficos e tabelas.

Através da análise gráfica e histórica do perfil do desenvolvimento do Brasil, mais especificamente do Estado de Sergipe, é possível identificar que a série temporal é uma forte aliada na análise de dados para a tomada de decisões. Inicialmente, observou-se a dificuldade de realizar o estudo com a precariedade de dados e atendimento do pressuposto da série de dados. Contudo, as informações apresentadas validaram e afirmaram a importância da previsão na identificação de um possível crescimento ou não das empresas em Sergipe.

No presente estudo, apesar do objetivo ser a realização de previsão correta para os anos seguintes, é aceitável que as observações pertencentes a esses anos, sejam classificadas dentro de um intervalo máximo ou mínimo, com baixa ou alta acurácia desses resultados, o que não é danosa para o modelo de previsão.

Nesse contexto, a série temporal é uma técnica de avaliação estatística multivariada empregada para a previsão dos anos seguintes da quantidade de empresas. A série temporal é uma sequência de dados obtidos num intervalo de tempo determinado durante um período.

A análise de desenvolvimento regional é pauta de vários estudos que trazem uma visão sob a ótica social, estudando as principais variáveis sociais, demográficas e financeiras. Existem alguns estudos com aplicações estatísticas de validação em diversas áreas, no campo da esfera pública e empresarial, todos com intuito em comum de reduzir a fragilidade e instabilidade do desenvolvimento. Dessa forma, o presente trabalho pretende apresentar uma análise de um possível crescimento das empresas entrantes em Sergipe.

Os países subdesenvolvidos enfrentam problemas estruturais e históricos que impedem o

planejamento econômico eficaz. Myrdal (1960) destaca a importância de compreender a causação circular acumulativa para reduzir a desigualdade e promover o desenvolvimento econômico. A intervenção do Estado, com políticas públicas focadas na educação, saúde e distribuição equitativa de recursos, é crucial para quebrar o ciclo vicioso da pobreza e garantir um crescimento sustentável e igualitário.

Além disso, Myrdal (1960) aborda os efeitos regressivos e propulsores do desenvolvimento, ressaltando a importância de investimentos e expansão econômica para alcançar um equilíbrio regional e evitar a concentração de capital nas regiões desenvolvidas.

Para Hirschman (1961), a desigualdade pode ser um fator impulsionador do desenvolvimento, discordando das abordagens dos países desenvolvidos. O autor enfatizou a importância do investimento como variável crucial para o crescimento econômico, porém apontou as dificuldades em lidar com sua volatilidade e imprevisibilidade.

A falta de infraestrutura e políticas de desenvolvimento adequadas no Norte e Nordeste levaram a um desenvolvimento lento e acentuaram as disparidades econômicas com outras regiões. A implementação de estratégias que visem o bem-estar social podem contribuir para a promoção de um aumento sustentável dos salários e padrões de vida da população. Ademais, o Estado desempenha papel fundamental no guia para o crescimento, intermediando conflitos e investindo em infraestrutura, serviços públicos e empresas estatais para promover o desenvolvimento econômico.

Neste estudo foi utilizado o modelo ARIMA (Auto Regressive Integrated Moving Average). O modelo tem como premissa que a série em estudo é gerada por um processo estocástico. A partir disso, pode ser representado um modelo. Além disso, a notação do modelo ARIMA é (p,d,q). Após a identificação de um modelo ARIMA, é realizada a estimativa de cada parâmetro desse modelo, o qual foi executado no *software* R version 4.2.0, que possui pacotes específicos de estudo de série temporal. Dessa forma, contribuindo para o desenvolvimento desta pesquisa. Por fim, é realizada a verificação dos resultados e previsão dos valores futuros.

Para selecionar o melhor modelo e com o ajuste aos dados foi utilizado o Critério de Informação Akaike (AIC), o Critério de Informação Bayesiano (BIC) e o Erro percentual Médio Absoluto (MAPE). Na Tabela 01 estão dispostos os melhores modelos, contudo, foi escolhido o ARIMA (0,1,2), por apresentar o menor erro de apenas 3.71 assim como o melhor e menor resultado de AIC entre os demais modelos, alcançando apenas 105.21, ou seja, quanto menor os resultado de AIC, BIC e MAPE melhor será o modelo a ser explicado.

Tabela 01: Sergipe – Modelos Ajustados de Empresas Entrantes (2009-2018)

Modelo	AIC	BIC	MAPE
ARIMA (0,1,0)	110.3	109.98	81.45367
ARIMA (1,1,0)	112.88	112.72	6.270127
ARIMA (0,1,2)	105.21	104.88	3.718019

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Portanto, as informações apresentadas validaram que são necessárias para prever e identificar um possível crescimento das empresas em Sergipe. No Gráfico 01 estão as previsões da quantidade de empresas para o período entre 2020-2022, a distribuição para os anos seguintes é uma sutil redução e seguida de crescimento.

Gráfico 01: Sergipe – Previsão das Empresas Entrantes (2008-2022)



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A partir daí, tais empresas alcançam os canais disponíveis no espaço econômico e geográfico do Estado de Sergipe. O que é suficiente para ressaltar que os resultados apresentados na previsão são acima da média (5.225), bem como o último ano (2022) alcança o resultado máximo (6.072) da análise descritiva.

Vai se iniciando pelo local a serem realizadas essas atividades de produção no Estado, pois com esse breve conhecimento pré-definido, os resultados já podem definir os meios de funcionamento das empresas de Sergipe, e assim, as relações que vão gerando efeitos de atração econômica para todo o Estado, a fim de executar um novo espaço economicamente atrativo de oportunidades para a sociedade, conforme Perroux (1967) explica em seus estudos.

Os resultados da previsão para 2020 são de redução na quantidade de empresas entrantes, sendo assim, se identificada e diagnosticada essa diminuição, poderia contribuir para atuação do Estado na promoção do desenvolvimento de Sergipe. O que se reporta a visão do Hirschman sobre desenvolvimento e transformação social.

No entanto, vale esclarecer que no presente estudo, apesar de o objetivo ser a previsão das empresas entrantes sergipanas para os anos 2020 a 2022, é válido ressaltar que a partir de 2020 o

país enfrentou uma crise sanitária epidemiológica que desestabilizou o sistema econômico e financeiro do país e do mundo.

A análise gráfica e histórica do desenvolvimento de Sergipe mostra que a série temporal é útil para a tomada de decisões. Inicialmente, a falta de dados dificultou o estudo. As previsões feitas mostraram ser uma ferramenta útil para monitorar e prever o crescimento das empresas em Sergipe.

Para alcançar o desenvolvimento regional, vários fatores devem ser considerados, tais como políticos, cultural, geográfico, etc.. Nesse sentido, é crucial realizar estudos de previsão para identificar um crescimento futuro. Sendo que as análises de Perroux, Myrdal e Hirschman são importantes para tal fim.

Ademais, redes neurais e outros modelos podem ser explorados para estudar a sobrevivência das empresas, em que o objetivo deve atentar para a garantia do desenvolvimento econômico de Sergipe e melhorar o bem-estar da sociedade.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional; Empresas; Série Temporal

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Texto para discussão EESP/FGV, v. 157, 2006a.

FRALETTI, P. B., FAMÁ, R. Gestão de riscos de mercado: Elemento diferenciador na administração de empresas não financeiras. São Paulo. VI SEMEAD - SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FEA/USP, **Anais...** Março/2003.

HIRSCHMAN, Albert O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. 322 p. (Biblioteca fundo universal de cultura).

MARCHIORO, Luana Witeck. GUBERT, Denise. GUBERT, Veridiane. A teoria dos polos de crescimento e desenvolvimento de Perroux, e a implantação na zona franca de Manaus na região Norte do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**. n 31, v 16, p. 186. 201

MORETTIN, P.A.; TOLOI, C. M. C. **Análise de séries temporais**. 2. ed. São Paulo: Edgar Blucher/ ABE- Projeto Fisher, 2006.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. 2 ed. Rio de Janeiro: editora Saga, 1960.

PERROUX, François. **A Economia do Século XX**. Porto: Herder, 1967.

SÁ, Bruno Fabiano Matos de. **Os resultados dos processos de inovação do projeto agente local de inovação nas micro e pequenas empresas sergipanas período 2012 a 2016**. 2016. 35 f. Dissertação (Pós-Graduação em Economia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.



Estratégias de desenvolvimento regional aplicadas pela educação profissional
e tecnológica no município de Poço Redondo (SE) – relato de experiência

Elizete Ferreira dos Santos Santana¹

e-mail: elizete.santana@ifs.edu.br

Irinéia Rosa do Nascimento²

e-mail: irineia.rosa@ifs.edu.br

Dean Lee Hansen³

e-mail: dean.edu@gmail.com

O direito a educação está assegurado pela Constituição Federal de 1988 e por outros instrumentos legais como a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). As desigualdades educacionais no país ainda estão muito presentes no território sergipano, mas a escola ainda é considerada a instituição capaz de mudar essa triste realidade, minimizando as diferenças e aumentando as chances de superação das pessoas, das garantias de seus direitos e de suas obrigações. Este estudo tem por objetivo destacar as potencialidades que foram incrementadas no município de Poço Redondo (SE), com a chegada do Instituto Federal de Sergipe naquela localidade. Trata-se de um relato de experiência consubstanciada pela análise documental do próprio Instituto Federal, onde são evidenciados os investimentos oriundos de recursos públicos que culminaram com a construção e funcionamento da unidade de ensino IFS- Campus Poço Redondo, no município de Poço Redondo (SE). Os resultados deste trabalho evidenciaram que houve diversos incrementos observados nas modalidades de comércio e serviços que despontaram à partir do funcionamento parcial do Instituto Federal de Sergipe naquela região.

O Instituto Federal de Sergipe – Campus Poço Redondo, inaugurado há pouco mais de um

¹ Egressa do Programa de Pós-Graduação em Economia – PROPEC-UFS. Mestra em Desenvolvimento Regional (UFS). Graduada em Administração (UFS). Administradora do Instituto Federal de Sergipe – Campus Poço Redondo.

² Professora efetiva do Instituto Federal de Sergipe, Campus São Cristóvão - Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia (2010). Tem experiência na área de Ciências Agrárias, desenvolvendo trabalhos sobre Sistemas de Produção Agrícola Sustentável e Agroecologia, Ciência de Tecnologia de Alimentos, com ênfase em Avaliação e Controle de Qualidade de Alimentos e Consultoria Ambiental (elaboração de EIA/RIMA).

³ Professor Associado do Departamento de Economia da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e membro credenciado do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFS.

ano e objeto deste relato, foi projetado com capacidade para receber 1.200 estudantes de diversas áreas do conhecimento, com projeção para disponibilizar a atuação de 70 professores, além de 45 técnicos administrativos.

Apesar da conclusão e entrega da obra, o pleno funcionamento do pólo vem sendo adiado, porque não se concretizou o ingresso dos profissionais necessários para atender a demanda de alunos para a qual as instalações está preparada. Além da necessidade de pessoal, os ambientes também carecem de mobiliários.

Atualmente o IFS-Campus Poço Redondo funciona parcialmente com recursos de projetos de extensão financiados pelo Ministério da Educação – MEC. Para iniciar as atividades de ensino neste campus, foi ofertado um curso de Formação Inicial e Continuada em Educação do Campo, para professores vinculados ao município, cuja finalidade era qualificá-los para ministrar aulas, especificamente para alunos da educação de jovens e adultos – EJA, anos iniciais.

A proposta tinha a pretensão de ofertar essa formação para os professores do IFS que já atuam na educação profissional e tecnológica, mas não houve aceitação por parte desse público. Assim, a oferta foi amplamente abarcada pelos professores do município de Poço Redondo.

A intenção apresentada pelo Ministério da Educação era qualificar professores da rede de educação profissional e tecnológica ou não, a lecionar para alunos matriculados em curso para educação de jovens e adultos - EJA. O chamamento público foi lançado por meio do edital 17/2022/MEC, promovendo o tema: EJA integrada a EPT.

Como a modalidade de ensino - EJA está articulada com a produção cultural, social e aos arranjos produtivos locais, foi bastante pertinente para o IFS – Campus Poço Redondo iniciar suas atividades com esta modalidade de ensino e em cooperação com a prefeitura do município.

OBJETIVOS

O presente trabalho tem como objetivo geral relatar as experiências vivenciadas no decorrer do curso de Formação Inicial e Continuada – FIC em educação do campo. Especificamente, poder destacar os benefícios trazidos à economia local.

O método vem destacar que trata-se de um relato de experiência com abordagem qualitativa, fundamentada em observação participante. A Educação de Jovens e Adultos - EJA é um programa regulador que tenciona requalificar os alunos que estão fora do seu tempo de estudo, mas nele há um arcabouço cultural excludente. Geralmente os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos são produtores de sua própria cultura e nos processos de aprendizagem, costumam estabelecer hábitos relacionados ao cotidiano, fazendo com que se tornem mais envolvidos com a oportunidade de estudar.

É necessário e importante desmistificar esses sujeitos, fazendo com que eles se sintam

parte da instituição e tenham ciência de que a oferta da EJA no espaço formativo do Instituto Federal, lhe é garantido como direito universal ao ensino, pesquisa e extensão e que o processo de aligeiramento de sua formação não pode ser entendido como um processo de exclusão, preditora do fracasso escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram 8 meses de curso realizado quinzenalmente aos sábados, no Instituto Federal de Sergipe, Campus Poço Redondo que teve início em agosto/2023 e finalizado em março/2024. O projeto EJA integrada a EPT contou com a atuante participação dos seguintes apoiadores: 01 Coordenador Geral, 01 Coordenador de execução de processos, 01 pedagogo, 01 Coordenador de busca ativa, 01 Coordenador de permanência e êxito, 02 apoios de busca ativa, 03 professores.

Para formação de turmas foram realizadas buscas ativas pela equipe contratada para esta finalidade, juntamente com a Coordenação Geral do projeto e os demais integrantes. Todos juntos, imbuídos em alcançar o número de 100 matriculados. Com êxito, a equipe finalizou as ações com o acolhimento de 120 inscritos.

Houve uma preocupação do Instituto Federal de Sergipe em ofertar um curso FIC para os professores vinculados a rede municipal de ensino, em razão dos baixos índices de escolarização entre os camponeses da região. Os dados são do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

O município de Poço Redondo localizado na mesorregião do sertão sergipano, com densidade demográfica de 27,40 habitantes por quilômetro quadrado, possui uma área territorial de 1.220.426km² e uma população de 33.439 pessoas. Destas, apenas 4,2% possui uma ocupação, o que corresponde a 1.856 pessoas com rendimento nominal mensal de 1/2 salário mínimo, que equivale a 58% da camada populacional do município (IBGE, 2022).

O índice de desenvolvimento da educação básica – IDEB do município de Poço Redondo está muito abaixo da média nacional nos anos iniciais >5,0, nos anos finais >4,5 e no ensino médio >4,2. Nesta composição de levantamento de dados, o IDEB também destaca que a grande maioria dos alunos não apresenta um bom nível de aprendizagem (IBGE, 2022).

Os dados também apresentam que dos nascidos no município de Poço Redondo em 2003, (29%), 2004, (22%) e 2005, (8%) encontram-se fora da escola. (CENSO ESCOLAR, 2020). As taxas de abandono da escola montam em >10% e a taxa de reprovação corresponde ao percentual de >15%, o que deveria ser uma política de exceção para pouquíssimos alunos (INEP, 2022).

Os dados educacionais daquele município demonstram que a região dispõe de 32 estabelecimentos de ensino fundamental com 252 docentes, que atendem 1.116 alunos matriculados. Para o ensino médio são disponibilizados 04 estabelecimentos de ensino com 42

docentes que atendem 5.395 alunos matriculados (IBGE, 2021). O município possui o IDHM de 0,529 (IBGE, 2010). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é um número que varia entre 0,000 e 1,000. Quanto mais próximo de 1,000, maior o desenvolvimento humano de uma localidade. Na média nacional, o município de Poço Redondo apresenta uma faixa percentual baixa.

CONCLUSÃO

Após anos de expectativa para a inauguração das instalações do IFS - Campus Poço Redondo, estabeleceu-se nas comunidades locais a expectativa de que o IFS em funcionamento, proporcionaria uma transformação educacional e um incremento na economia local. A principal finalidade era garantir o acesso à educação às minorias, cuja idéia principal era proporcionar melhorias na qualidade do ensino e a difusão do ensino profissionalizante com potencial no desenvolvimento local.

Com a chegada do IFS no município de Poço Redondo houve um impulsionamento econômico local decorrente do fato de que o serviço público federal funciona, em parte, com empresas prestadoras de serviços, que seguem cumprindo as exigências dos tributos que incidem sobre as prestações de serviços.

Para o funcionamento do prédio IFS-Campus Poço Redondo, foi imperiosa a contratação de empresas de terceirização nas áreas de vigilância, limpeza e conservação, apoio administrativo, reparos e manutenção preventiva de elevadores, reparos e manutenção preventiva de aparelhos de ar-condicionados, outsourcing de impressão, almoxarifado virtual, links dedicados de internet, reparos, manutenção e medição de energia, concessionárias de energia, de abastecimento de água e manutenção veicular.

No Curso Fic – Educação do Campo, os resultados apresentaram que dos 120 inscritos, 118 concluíram o curso. Os dados estão descritos na plataforma Nilo Peçanha que apresenta com transparência os dados de toda a rede federal de educação profissional e tecnológica.

Por fim destaco que o IFS - Campus Poço Redondo dispõe de um amplo campo de estudos que carece de engajamento e disponibilidade de ações para o levantamento de dados e posterior análise investigativa que garanta a compreensão e os entendimentos das ocorrências daquele município. A pesquisa, além de produzir novos conhecimentos, garante a criação de ações necessárias para solucionar as problemáticas e/ou as causas que atingem a região e que possam garantir as melhorias educacionais almejada pelos munícipes daquele território. Espera-se que esta iniciativa sirva como exemplo para incentivar outros estudos, acerca do objetivo proposto pela interiorização dos Institutos Federais na região semiárida de Sergipe.

Palavras-chave: Instituto Federal de Sergipe; Desenvolvimento Regional; Semiárido Sergipano.

REFERÊNCIAS

BOISIER, S. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n. 13, p. 112-147, 1996.

BRASIL. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2008.

CANO, Wilson. **Brasil: construção e desconstrução do desenvolvimento**. Texto para Discussão. Instituto de Economia/UNICAMP, Campinas, n. 304, jun. 2017.

CIAVATTA, M. UNIVERSIDADE, PECADO NATIVO. **Revista Trabalho Necessário**, v. 1, n. 1, 25 fev. 2003.

CIAVATTA, M. O ENSINO INTEGRADO, A POLITECNIA E A EDUCAÇÃO OMNILATERAL. POR QUE LUTAMOS? / The integrated education, the polytechnic and the omnilateral education. Why do we fight? **Trabalho & Educação**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 187–205, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 14 ago. 2023.

O QUE O DESENVOLVIMENTO TRAZ E O QUE LEVA DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO LITORAL SERGIPANO, A PARTIR DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

Evenne Caroline Pereira Ramos
(carol.ramos957@gmail.com)
Christiane Senhorinha Soares Campos
(christianescampos@gmail.com)

Linha de pesquisa: Desenvolvimento Econômico.

RESUMO

O nosso pressuposto inicial partilha do contraste estruturado entre duas posições distintas sobre desenvolvimento, como constatou Bonente (2014). Uma dessas posições é o entendimento atribuída a ciência econômica de que as teorias do desenvolvimento versam somente sobre teorias do desenvolvimento capitalista, uma vez que ao tratar de fronteiras teóricas e práticas suas intervenções apontam apenas para o horizonte capitalista e como, em termos de fazê-lo, projetam única e exclusivamente o capitalismo ou uma imagem dele (em grande parte das vezes distorcida) como perspectiva futura da humanidade. A segunda posição, oferecida por Marx, estrutura-se a partir de uma perspectiva analítica da totalidade da realidade social. Nessa abordagem, o termo desenvolvimento é interpretado de modo plenamente objetivo, o que implica na utilização exclusiva referindo-se às propriedades dinâmicas de funcionamento do objeto examinado, neste caso, da economia capitalista.

Assim, observamos que sob a perspectiva ideológica e materializados na retórica de que o desenvolvimento econômico é um fim em si mesmo, os grandes empreendimentos do Capital e do Estado¹ difundem o discurso de que o crescimento econômico, as indústrias, a urbanização e o progresso é benéfico em sua totalidade. Ponto que, sob nossa argumentação atribui ao fenômeno do Desenvolvimento Econômico um caráter universal. No entanto, uma vasta gama de pesquisas em distintas áreas de conhecimento, e sobretudo, a realidade social cada vez mais desigual e violenta evidenciam as contradições desse processo.

Sendo assim, neste trabalho argumentamos que o processo de desenvolvimento, sua ideologia e sua materialização afetam toda a estrutura social. Contudo, entendemos que os impactos para os povos e comunidades tradicionais são mais intensos e graves, visto que seu trabalho e sua dinâmica de vida são dependentes dos bens comuns, a exemplo dos territórios, águas, mangues e áreas de restinga. Nesse processo, o que observamos é que o acesso a esses bens comuns é cada vez mais ameaçado por empreendimentos do Capital e do Estado que se materializam fundamentados na

¹ Lidos aqui como empreendimentos dos setores de Gás, Energia, construção civil, carcericultura e políticas públicas voltadas para a intensa e ampla acumulação do capital.

retórica do desenvolvimento econômico como fenômeno bom e desejável para toda a população, em todo tempo e lugar.

Do ponto de vista teórico, o debate acerca do Desenvolvimento Econômico está ancorado na perspectiva marxiana, sobretudo na proposição de entendimento desse processo como aumento da complexidade da dinâmica de funcionamento do processo de acumulação de capital (BONENTE, 2014). Realizamos também a discussão da ideologia do Desenvolvimento, a partir da abordagem crítica que entende que essa ideologia atua tal qual um horizonte utópico do modo de produção capitalista (CARDOSO, 1978).

Nesse sentido, o objetivo geral deste estudo é analisar os processos contraditórios que empreendimentos do Capital e do Estado, fundamentados na retórica do Desenvolvimento, desencadeiam no litoral sergipano, buscando identificar os impactos sobre o processo de reprodução social dessas populações, tendo como fio condutor a questão que dá título ao trabalho: O que o desenvolvimento traz e o que leva de povos e comunidades tradicionais?

Enquanto objetivos específicos, almejamos: i) investigar o Desenvolvimento, a partir da crítica da Economia Política, enquanto o aumento da complexidade do processo de acumulação de capital, bem como a sua ideologia que vela suas contradições; ii) caracterizar os principais conflitos envolvendo povos e comunidades tradicionais do litoral sergipano, a partir da perspectiva dessas populações, bem como apontar o reconhecimento dos seus direitos territoriais por diferentes legislações; iii) Analisar, a partir da perspectiva de lideranças de povos e comunidades tradicionais, o que o processo de desenvolvimento produz nos territórios dessas populações.

O estudo acerca do Desenvolvimento Econômico é consolidado na ciência econômica e tornou-se objeto a ser alcançado pelos múltiplos Estados-nações, perpassando o seu caráter “estritamente” econômico, compondo pautas de diversas ciências e agendas internacionais. No entanto, o estudo crítico acerca do Desenvolvimento e a análise a partir da perspectiva dialética nos parece um ponto importante e que justifica o presente trabalho.

A experiência no Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC), com o trabalho de fortalecimento dos Territórios de Vida dos Povos e Comunidades Tradicionais² juntamente com o projeto Observatório Social dos Royalties (OSR) nos possibilitou ter uma visão complexa dos problemas que as comunidades e povos tradicionais enfrentam em Pirambu, Barra dos Coqueiros e Aracaju. Por fim, as aproximações com o Fórum de Povos e Comunidades Tradicionais de Sergipe nos permitiu identificar e refletir sobre a concretude e as contradições em torno do Desenvolvimento Econômico no contexto dos povos e comunidades tradicionais do litoral sergipano.

² O programa atua enquanto uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

No que tange ao método, a pesquisa está alicerçada no materialismo histórico dialético, que viabilizou aprofundar o entendimento das contradições dos processos analisados. A pesquisa tem uma abordagem qualitativa tendo como principais procedimentos metodológicos: revisão de literatura, pesquisa documental e trabalhos de campo que incluiu observação, acompanhamento de reuniões, eventos e realização de entrevistas. Definiu-se como universo da pesquisa empírica Povos e Comunidades Tradicionais do litoral sergipano, que estão entre os mais afetados por grandes empreendimentos no estado de Sergipe. E como recorte espacial para observação e realização de entrevistas dois territórios quilombolas: Brejão dos Negros no município de Brejo Grande e Pontal da Barra, município de Barra dos Coqueiros, cujas lideranças tem assumido protagonismo na luta pelos direitos territoriais de suas comunidades, bem como na organização do Fórum de Povos e Comunidades Tradicionais de Sergipe.

A partir dessa investigação foi possível constatar, corroborando com a perspectiva analítica de Bonente (2016), que o desenvolvimento econômico se configura como um processo de aumento da complexidade da acumulação de capital que pode ser analisada tanto pela intensificação quanto pela extensão dessa complexidade. No que tange a intensificação esse movimento ocorre nos territórios estudados a partir da sobreposição dos empreendimentos. Em Brejo Grande observamos a presença do setor energético com a hidrelétrica que saliniza as águas do Rio São Francisco e afeta a pesca e mariscagem nas comunidades de Brejão dos Negros, Resina, Carapitanga e Saramém; a indústria petrolífera com a Petrobrás e recentemente com a Exxon Mobil; a carcinicultura a partir da contaminação das águas e destruição dos mangues; a especulação imobiliária representada pelas ameaças aos territórios com as construções de resorts e hotéis de luxo para expropriar o território das comunidades. Em Barra dos Coqueiros também verificamos a sobreposição dos empreendimentos do setor energético, petrolífero e de gás com a presença da Termelétrica, Eólica, bem como as estruturas de gasodutos e torres de transmissão. Além disso, a especulação imobiliária é intensa promovendo a expansão acelerada de loteamentos, condomínios e resorts.

No que tange a dimensão extensiva da análise em torno do Desenvolvimento Econômico constatamos que é cada vez mais ampla a área impactada por empreendimentos dos setores de Gás, Energia, construção civil, carcinicultura e políticas públicas direcionadas em favor da viabilização da acumulação do capital. Para mais, constatamos que os grandes investimentos que ameaçam os territórios dessas populações têm um elo comum resultantes dos investimentos do capital financeiro. Assim, em termos de extensão muitos desses empreendimentos se viabilizam por fundos de investimento que atuam em escala mundial.

Diante disso, o que notamos é que o processo de articulação e enfrentamento de Povos e Comunidades Tradicionais de Sergipe às ameaças e aos avanços do capital sob o manto ideológico do Desenvolvimento Econômico vem se fortalecendo a partir do Fórum de Povos e Comunidades

Tradicional de Sergipe (FCT/SE). O FCT/SE vem se constituindo como um espaço de unificação das lutas de pescadoras e pescadores artesanais, marisqueiras, quilombolas, extrativistas de mangaba, trabalhadores sem terra, ribeirinhas e ribeirinhos, pequenos e pequenas agricultoras, camponesas e camponeses, povos de terreiro e de religiões de matriz africana. Esses povos e comunidades integram e fortificam as lutas pelos territórios, as águas, rios, manguezais, restingas, lagoas, apicuns, mangabeiras, matas, dunas e tudo que há no território visando a garantia do direito de reprodução social e a luta por seus territórios, como assegurado pela Convenção 169 da OIT, da Constituição Federal e do Decreto 6.040 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Concomitantemente, ampliam-se as ameaças aos seus territórios, promovidas pelo Estado e por empreendimentos privados, alicerçadas na retórica do desenvolvimento econômico.

Em termos teóricos, a pesquisa possibilitou evidenciar como a crítica da Economia Política foi fundamental para a leitura da realidade social estudada, possibilitando a análise do processo de desenvolvimento e das contradições que engendra particularmente os povos e comunidades tradicionais. De modo que, o método do materialismo histórico dialético se mostrou como um caminho de pesquisa não apenas pertinente, mas necessário para se apropriar do processo de desenvolvimento, compreendendo as contradições não como anomalia, mas como constituintes da própria dinâmica da acumulação de capital. E sem perder de vista essa totalidade do capital, analisar a singularidade da realidade dos povos e comunidades tradicionais da zona costeira sergipana, evidenciando como a complexificação do processo de desenvolvimento se materializa em múltiplos impactos para essas populações nesse recorte espacial analisado.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico; Povos e Comunidades Tradicionais; Crítica da Economia Política; Acumulação de Capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BONENTE, Bianca. **Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista.** Marx e o Marxismo v.2, n.3, ago/dez 2014. <https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/68> .

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: 5 out 1988.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento: JK/JQ.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Decreto. Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.**

Organização Internacional do Trabalho [OIT]. **Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes** [Convenção n.º 169]. 27 jun. 1989. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%Adgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%C2%BA%20169.pdf>.